



Prefeitura Municipal de Unaí - MG

Estado de Minas Gerais



PROCESSO Nº 01390/2018

Assinatura:
25/01/2018

SOLICITAÇÃO (FAZ)

Protocolo

Solicitante: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO SAPEZAL

Código: CDD/CPF: 07352729000176 RG:

Endereço: SÍTIO COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL, n.º 38.510-000

Telefone: E-mail:

Origem: DIVISÃO DE PROTOCOLO E COMUNICAÇÃO

REF: A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA A CELEBRAÇÃO DA PARCERIA DE REPASSE DE RECURSOS DECORRENTE DE EMENDA PARLAMENTAR.

MARCELO BRUNO FARFAS
DIVISÃO DE PROTOCOLO E COMUNICAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
01 <i>CSFV</i>	<i>16.03.18</i>	13	
02 <i>PROCUR</i>	<i>26.03.18</i>	14	
03 <i>SEGOV</i>	<i>17.04.18</i>	15	
04		16	
05		17	
06		18	
07 <i>Exatidão: 2012</i>		19	
08		20	
09		21	
10		22	
11		23	
12		24	

Imprimir em Papel Timbrado da Entidade



Unai-MG., 26 de janeiro de 2018.

Ao
Excelentíssimo Senhor
JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Prefeito de Unai-MG

Senhor Prefeito,

A entidade Associação Comunitária do Sapezal, inscrita no CNPJ sob o nº 07.352.729\0001-76, vem respeitosamente encaminhar a documentação necessária à celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

IDENTIFICAÇÃO	
Emenda nº: <u>02 (dois)</u>	Valor: R\$ 10.000,00(dez mil reais)
(conforme Apêndice D da Lei Municipal nº 3.130/2017 - LOA 2018, disponível em: http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai_arquivos/orcamento2018/loa2018_prefeitura_unai.pdf)	
Objeto do gasto: Reforma e adequações da parte física do galpão da Associação da Comunitária do Sapezal, tais como reboco, pintura, pisos, portas	

Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais.

Atenciosamente,

Nome do representante da Entidade
Nome da Entidade

Nota: A Lei Municipal nº 3.130/2017 – Lei Orçamentária Anual 2018 encontra-se publicada no site oficial da Prefeitura. E a relação das Emendas Parlamentares com a identificação das Entidades Beneficiadas encontra-se disponível no link: http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/outros/lai_arquivos/orcamento2018/emendas_parlamentares_orcamento2018_unai.pdf

03



PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		
Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL		
C.N.P.J.: 07.352.729/0001-76		
Endereço: FAZENDA SÍTIO COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		
E-mail:		
Município: UNAÍ	U.F.: MG	C.E.P.: 38.610-000
DDD/Tel. Fixo	DDD/Tel. Cel.:	
Nome do Responsável: WAGNER BENTO MARTINS		
C.P.F.: 034.231.106-94		
Endereço: RUA ANTÔNIO BROCHADO Nº 1.380, BAIRRO SANTA LUZIA		
Cargo: PRESIDENTE	Função:	
Conta Corrente:	Banco:	Agência:

2. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONCEDENTE		
Nome do Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ		
C.N.P.J.: 18.125.161/0001-77		
Endereço: Praça JK s/n – Palácio Capim Branco		
Município: Unaí	U.F.: MG	C.E.P.: 38.610-000
DDD/Tel. Fixo: 38 3677 9610	DDD/Tel. Cel.:	

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE/AÇÃO	
Título do Projeto/Atividade/Ação: ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO VALOR DE R\$ 10.000,00 PARA REFORMA DA PARTE FÍSICA DO GALPÃO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE SAPEZAL, PRIORIZANDO USO DE MÃO DE OBRA LOCAL, COM OBJETIVO DE GERAR EMPREGO E PROSPERIDADE NA COMUNIDADE.	
Período de Execução	
Início: 1º DE MARÇO DE 2018	Término: 31 DE ABRIL DE 2018
Identificação do Objeto: REFORMA DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE SAPEZAL QUE IMPLICA NOS SEGUINTE ÍTENS:	
1- CHAPISCO, REBOCO E PINTURA DAS PAREDES INTERNAS E EXTERNAS	
2- PINTURA DE PORTAS, JANELAS E PORTAIS	
3- COLOCAÇÃO DE PISO CERÂMICO EM TODA A ÁREA INTERNA, INCLUSIVE BANHEIRO	
4- COLOCAÇÃO DE VIDRO NAS JANELAS EXISTENTES	

4. JUSTIFICATIVA
ESTA REFORMA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE SAPEZAL, VISA MELHORAR A ACOMODAÇÃO DOS SEUS ASSOCIADOS PARA DELIBERAÇÕES A FAVOR DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA COMUNIDADE. ESTE GALPÃO A SER REFORMADO TAMBÉM É ESSENCIAL PARA QUE A COMUNIDADE DESENVOLVA MELHOR SUA PARTE SOCIAL, CULTURAL E FAÇA PERFEITA INTEGRAÇÃO DOS ASSENTADOS COM OS PROBLEMAS DO DIA-A-DIA DA COMUNIDADE SAPEZAL.

*Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAPEZAL
CNPJ: 07.352.729/0001-76
SIT COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL – ZONA RURAL – UNAÍ MG – CEP 38.610-000

04
07
M. DE UNAÍ - MG

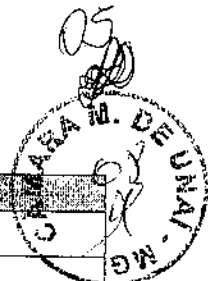
5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO*						
Metas	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Início	Término
			Unid.	Qtde.		
REFORMA GALPÃO DA COMUNIDADE SAPEZAL	PAREDE	Chapisco, reboco e pintura	m²	240,68	15MAR	30ABR
	PISO	Revestimento cerâmico	m²	86,83	1ºMAR	30MAR
	JANELAS	Pintura e colocação de vidros	m²	19,53	10ABR	15ABR
	PORTAS E PORTAIS	Pintura	m²	6,30	15ABR	17ABR

* Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.

6. PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO			
Descrição das Despesas	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total da Despesa em R\$
Pessoal e Obrigações (folha/encargos)	-	0,0	0,0
Material de Consumo	-	0,0	0,0
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	-	0,0	0,0
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	-	0,0	0,0
Total Geral (TODOS OS SERVIÇOS/ENCARGOS SÃO POR CONTA DA COMUNIDADE SAPEZAL)		0,0	0,0

* Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (em R\$)					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
		5.000,00	5.000,00		
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro



8. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE				
Relação dos Equipamentos e Materiais Permanentes				
Item	Nome e Especificação dos serviços para Reforma do Galpão/ material e mão de obra	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1.0	Chapisco (interno) sobre alvenaria	120,34	2,68	322,51
2.0	Reboco (interno e externo) sobre alvenaria	240,68	24,59	5.918,32
3.0	Pintura (interno e externo) sobre reboco	240,68	7,13	1.716,05
4.0	Assentamento de cerâmica em piso	86,83	23,53	2.043,11
Total Geral				9.999,99

9. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E CUMPRIMENTO DAS METAS*	
<p>A aquisição do material se dará através de orçamento de no mínimo 3 empresas fornecedoras do material (cimento, areia, tinta, piso cerâmico, argamassa, verniz e outros) de boa qualidade e 1ª linha.</p> <p>Após a aquisição do material inicia-se a obra de reforma do galpão, obedecendo as boas Normas de construção e o cronograma de execução.</p> <p>Toda a documentação deverá ser devidamente arquivada para prestação de contas posteriormente aos órgãos fiscalizadores.</p>	

*Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas.

10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS*	
<p>Será feita vistoria da obra por técnico designado para essa finalidade, que emitirá parecer atestando o cumprimento das metas atreladas ao projeto.</p>	

*Definição dos parâmetros (indicadores de resultados) a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

11. AUTENTICAÇÃO	
Unaí-MG, ____/____/____	 Assinatura e Nome do Representante Legal

12. AVALIAÇÃO	
<p>O presente Plano de Trabalho, após análise, demonstrou consonância com os requisitos da Lei nº 13.019/2014. Dessa forma, coloco-me FAVORÁVEL aos procedimentos legais para a celebração da Parceria.</p>	
Unaí-MG, ____ de ____ de ____.	

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAPEZAL
CNPJ: 07.352.729/0001-76
SIT COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL – ZONA RURAL – UNAÍ MG – CEP 38.610-000



<div data-bbox="726 380 941 425" data-label="Text"><p>Gestor da Parceria</p></div>
--

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



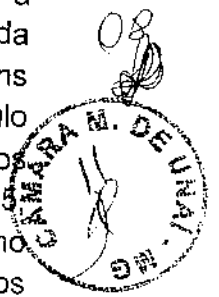
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.352.729/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/06/2004
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO SIT COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 38.610-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO UNAI	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO CDNEXMG@HOTMAIL.COM		TELEFONE (38) 3676-1980	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/06/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **02/01/2018** às **14:38:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

No dia 23 de agosto reunimos na casa do senhor Edmilson para impossar a nova chapa por aclamação da assembleia que estará assumindo a diretoria da associação no biênio 2016 a 2018 estando presentes Wagner Bento Martins 034.231.106-94 Jaime Martins Vasconcelos 951.759.116-00 secretário Saulo Bento Martins 037.310.716-14, segundo secretário Zilmar dos Santos 035.062.366-01, tizoureiro Marcelo Gonçalves Martins 028.346.526-35 Benedita Dagmar Gonçalves Martins 007.997.686-77, conselho fiscal Luciano da Cruz Ferreira 031.082.416-80, Wanderley Pereira Vasconcelos 572.972.036-00, Jarbas Rodrigues de Souza 642.685.006-39 concelho deliberativo Wagner Mundim Ramos 029.029.996-77, Edmilson Bento Martins 535.637.606-59, Cristiano Evando da Silva 074.352.936-79, José Augusto Rodrigues Barbosa 706.195.576-72, Mauricio Bento Martins 178.694.046-91. Assim fica formada a nova diretoria segue os demais presentes Eliza de Fatima Epifânia, Clever Mendes Nascimento, Aline Amanda Epifânio Mendes, Diva Correia de Oliveira Martins, Eliele Maria, José Costa P. Rodrigues, Maria Nilda Pereira Martins, Sirlene Vieira Borges, Elaine Mendes Nascimento Vasconcelos, Carlos Silva Couto, Milton Leonardo Aumeida Vasconcelos, Rafael Oliveira Brito, Saulo Bento Martins filho, Rafael Oliveira Martins, taylom Mota Santos, Samuel Bento Martins. Fica assim impossada a nova diretoria com mandato de dois anos que passa a vigorar após registro da ata em cartório. não tendo mais nada eu dou esta por enserrada que depois de lida é assinada por todos. Wagner Bento Martins Jaime Martins Vasconcelos Saulo Bento Martins Zilmar dos Santos Marcelo Gonçalves Martins Benedita Dagmar G. Martins Luciano Vaz Ferreira Wanderlei Pereira Vasconcelos Jarbas Rodrigues de Souza Wagner Mundim Ramos Edmilson Bento Martins. Cristiano Evando da Silva José Augusto R Barbosa Mauricio Bento Martins Elisa de Fátima Epifânio Nascimento Carlos Silva Couto. Maria José C. Pinto. Milton Leonardo Pereira Vasconcelos. Saulo Bento Martins Filho. Rafael Oliveira Brito. Diva Correia de Oliveira Martins Ana Paula Ap. Martins. Samuel Bento Martins, Aline Amanda Epifânio Mendes Elaine Mendes A: Roquister Vasconcelos, Cleber Mendes Nascimento Maria P. Martins, Sirlene Vieira Borges, Eliete Rafael Oliveira Martins Em tempo. A nova diretoria a ser empossada nessa data é composta pelos seguintes membros: Presidente Wagner Bento Martins 034.231.106-94, Vice Presidente Jaime Martins Vasconcelos 951.759.116-00 secretário Saulo Bento Martins 037.310.716-14, segundo secretário Zilma dos Santos 035.062.366-01, tizoreiro Marcelo Gonçalves Martins 028.346.526-35, segundo tizoureiro Benedita Dagmar Gonçalves Martins 007.997.686-77, conselho fiscal Luciano da Cruz ferreira 031.082.4016-80, Wanderley Pereira Vasconcelos 572.972.036-00, Jarbas Rodrigues de Sousa 642.685.006-34 conselho deliberativo Wagner Mundim Ramos 029.029.496-77, Edmilson Bento Martins 535.637.606-59, Cristiano Evando da Silva 074.352.936-79, José Augusto Rodrigues Barbosa 706.195.576-72, Mauricio Bento Martins 178.694.046-91. Em tempo a diretoria acima após ser eleita a mesma foi empossada Saulo Bento Martins



CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E				
CNPJ: 09.038.982/0001-85				
Rua Canabrava, 328 - Centro				
Fone: (38)3678-9637				
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira -				
PROTOCOLO Nº 37090 REG Nº 755 - LIV 36-A - PAG 66 - AV Nº 8				
Unaí, MG, 05 de setembro de 2018.				
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira - Oficial				
Despesas	Emolumento	Reconipe	TFJ	Total
	104,48	8,27	37,12	147,87
Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça				
1º Ofício CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS				
Selo Número: ASR89597				
Código: 3906.0826.6785.4131				
Total de atos: 6 / Emol: 110,76 TFJ: 37,12 Total: 147,87				
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br				





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL
CNPJ: 07.352.729/0001-76

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:48:44 do dia 16/01/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/07/2018.

Código de controle da certidão: **7BCA.CF74.8485.4CE9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.352.729/0001-76

Certidão nº: 142602494/2018

Expedição: 02/01/2018, às 14:45:41

Validade: 30/06/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.352.729/0001-76, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
02/01/2018CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
02/04/2018

NOME: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL

CNPJ/CPF: 07.352.729/0001-76

LOGRADOURO: COLORIDO - SAPEZAL

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: ZONA RURAL

CEP: 38610000

DISTRITO/POVOADO: --

MUNICÍPIO: UNAI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

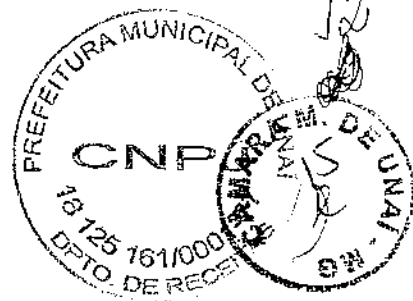
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2018000246269875



Prefeitura Municipal de Unai

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECEITAS



CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que revendo os arquivos deste Departamento de Receitas, verifiquei não constar em nome de ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL, inscrito(a) no CNPJ/CNPJ nº 07.352.729/0001-76, residente à SITIO COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL, , Bairro: ZONA RURAL UNAI-MG CEP.: 38.610-000, créditos tributários vencidos ou que já tenham sido objeto de execuções fiscais.

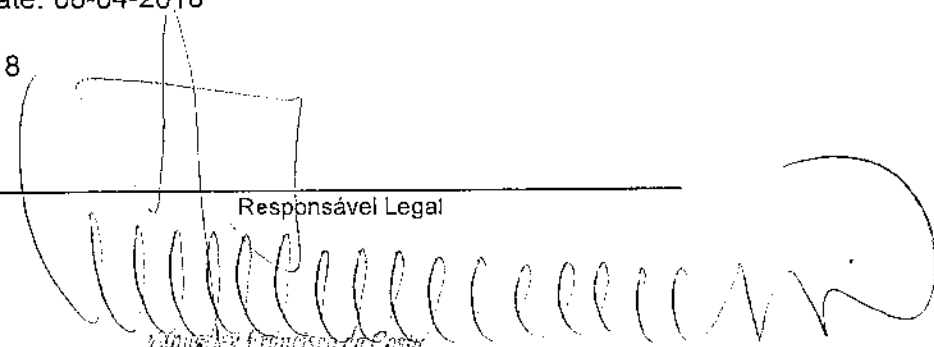
IMÓVEIS E/ OU MOBILIÁRIOS ASSOCIADOS AO CONTRIBUINTE

Objeto	Inscrição	
IMÓVEL		

Ressalva-se, à Fazenda Pública Municipal, o direito de, a qualquer tempo, constituir créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido anteriormente à expedição desta certidão.

Certidão válida até: 08-04-2018

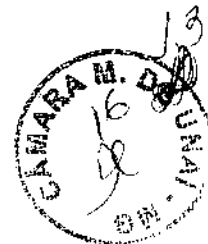
Unai, 08-01-2018



Responsável Legal

Manoel Francisco da Costa
Auxiliar Administrativo
CPF 0149773
PMSU - 8210-11-0001

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07352729/0001-76
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL
Nome Fantasia: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL
Endereço: FAZ SIT COLORIDO DA COMUNIDADE DO SAPEZAL SN / ZONA RURAL / UNAI / MG / 38610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/01/2018 a 15/02/2018

Certificação Número: 2018011714282498997470

Informação obtida em 17/01/2018, às 14:28:38.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL
CNPJ: 07.352.729/0001-76
SIT COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL – ZONA RURAL – UNAI MG – CEP 38.610-000

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome completo: WAGNER BENTO MARTINS		Cargo: PRESIDENTE
RG: MG-11.321.054	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 034.231.106-94
Endereço: RUA ANTONIO BROCHADO, Nº 1380 BAIRRO: SANTA LUZIA		

Nome completo: JAIME MARTINS VASCONCELOS		Cargo: VICE PRESIDENTE
RG: MG-10.099.067	Órgão expedidor: SSP	CPF: 951.759.116-00
Endereço: SIT. COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		

Nome completo: SAULO BENTO MARTINS		Cargo: SECRETÁRIO
RG: MG-12.250.634	Órgão expedidor: SSP	CPF: 037.310.716-14
Endereço: SIT. COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		

Nome completo: ZILMAR DOS SANTOS		Cargo: 2º SECRETÁRIO
RG: MG10.523.091	Órgão expedidor: SSP	CPF: 035.062.366-01
Endereço: SIT. COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		

Nome completo: MARCELO GONÇALVES MARTINS		Cargo: TESOUREIRO
RG: MG-11.570.900	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 028.346.526-35
Endereço: SIT. COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		

Nome completo: LUCIANO DA CRUZ FERREIRA		Cargo: CONSELHO FISCAL
RG: MG-10.297.985	Órgão expedidor: SSP	CPF: 031.082.416-80
Endereço: SIT. COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		

Unai, 22 de Janeiro de 2018.


WAGNER BENTO MARTINS

12

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL
CNPJ: 07.352.729/0001-76
SIT COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL – ZONA RURAL – UNAI MG – CEP 38.610-000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL



Atestamos para os devidos fins que o(a) **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**,

inscrito(a) no CNPJ nº **07.352.729/0001-76**, com sede na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais, **SIT COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL S/N**, possui capacidade técnica e operacional para a execução das atividades de _____, tendo realizado parceria semelhante neste

Município de Unai, no período de _____.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

(Nome, RG, CPF e assinatura do declarante)



DECLARAÇÃO

Eu, **WAGNER BENTO MARTINS**, brasileiro, portador do RG nº **MG-11.321.054** SSP/MG e do CPF nº **034.231.106-94**, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**, CNPJ Nº **07.352.729/0001-76**, DECLARO, sob as penas da lei, que, dentre os dirigentes da organização da sociedade civil e seus cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

WAGNER BENTO MARTINS



DECLARAÇÃO

Eu, **WAGNER BENTO MARTINS**, brasileiro, portador do RG nº **MG-11.321.054** SSP/MG e do CPF nº **034.231.106-94**, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**, CNPJ Nº **07.352.729/0001-76**, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unai; ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

WAGNER BENTO MARTINS

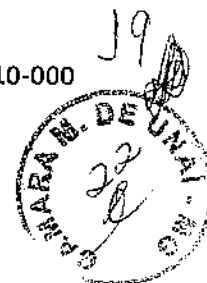


DECLARAÇÃO

Eu, **WAGNER BENTO MARTINS**, brasileiro, portador do RG nº **MG-11.321.054** **SSP/MG** e do CPF nº **034.231.106-94**, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**, CNPJ Nº **07.352.729/0001-76**, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenha sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilidade para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

WAGNER BENTO MARTINS



DECLARAÇÃO

Eu, **WAGNER BENTO MARTINS**, brasileiro, portador do RG nº **MG-11.321.054** SSP/MG e do CPF nº **034.231.106-94**, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**, CNPJ Nº **07.352.729/0001-76**, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não contratará nem remunerará, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

WAGNER BENTO MARTINS



DECLARAÇÃO

Eu, **WAGNER BENTO MARTINS**, brasileiro, portador do RG nº **MG-11.321.054 SSP/MG** e do CPF nº **034.231.106-94**, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**, CNPJ Nº **07.352.729/0001-76**, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil possui instalações e condições materiais adequadas para a realização das atividades e/ou projetos constantes da proposta de parceria com o Município de Unai e o cumprimento das metas estabelecidas.

Unai, 22 de Janeiro de 2018.

WAGNER BENTO MARTINS



www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedão 29810

Distribuição S.A.

Fale com a Cemig, 139

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.185/0001-15 / Insc. Estadual 062.322136.0037
Av. Barbacena, 1.203 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de agosto 2002

ASS COMUNITARIA DO SAPEZAL

SAPEZAL 313450 FZ

AREA RURAL

38610-000 UNAI, MG

CNPJ 07.352.729/0001-76

Referente a

JAN/2018

Código de Débito Automático

008002232497

Nº DO CLIENTE

7006027144

2ª VIA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Rural	Residencial	Anterior	Atual	Próxima	Emissão	Apresentação	3010503331
Monofásico	rural	14/12	15/01	15/02	17/01	23/01	

Informações Técnicas						
Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh	
Energia kWh	AJE062028842	2.009	2.121	1	112	

Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 2.248, de 23/05/2017.
Pela legislação tributária, os descontos a que se refere o Decreto Federal 7.891/13 também integram a base de cálculo do ICMS, PASEP e COFINS.

O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.

É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local.

Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br

DEZ/2017 Band. Vermelha - JAN/2018 Band. Verde

Valores Faturados

Descrição	Quantidade	Tarifa/Preço (R\$)	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	112	0,46508676	52,07
Encargos/Cobranças			
Multa 2% conta de 12/2017 sobre R\$ 59,61			1,19
Multa 2% conta de 11/2017 sobre R\$ 103,94			2,08
Juros mora 1%am: 3 dia(s) sobre R\$59,61			0,06
Juros mora 1%am: 17 dia(s) sobre R\$103,94			0,59
Subsídio tarifa líquida			-16,60
Dif. recálculo tarifa integral			21,31
Variação do IGPM: R\$59,67			0,05
Variação do IGPM: R\$104,53			0,51

Tarifas Aplicadas (sem impostos)

Energia Elétrica kWh	0,36183750
Adicional Bandeiras - Já incluído no Valor a Pagar	
Bandeira Vermelha	2,27

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Unai 3-Mês:11/2017		Valores Permitidos		
Apurado Mensal		Mensal	Trimestral	Anual
DIC	0,77	11,74	23,48	46,96
FIC	7,00	7,74	15,49	30,98
DMIC	0,20	6,49	-	-
DICRI	-	16,60	-	-
Tensão: Nominal= 120/240 V Min.= 110/221 V Máx.= 126/252 V				
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$ 31,39				

Informações de Faturamento

PARCELAS	VALOR(R\$)	%	PARCELAS	VALOR(R\$)	%
Energia	14,32	27,52	Enc. setoriais	4,34	8,33
Distribuição	11,69	22,46	Tributos	16,26	31,23
Transmissão	2,26	4,33	Taxas	52,07	100,00
Perdas	3,10	5,95			

VENCIMENTO

06/02/2018

VALOR A PAGAR

R\$ 61,26

Histórico de Consumo

MES/ANO	CONSUMO kWh	MÉDIA kWh/Dia	Dias
JAN/18	112	3,50	32
DEZ/17	107	3,82	28
NOV/17	181	5,83	31
OUT/17	107	3,45	31
SET/17	100	3,33	30
AGO/17	177	5,36	33
JUL/17	98	3,26	30
JUN/17	90	3,00	30
MAI/17	148	4,48	33
ABR/17	73	2,60	28
MAR/17	67	2,23	30
FEV/17	150	4,83	31
JAN/17	50	1,72	29

Reservado ao Fisco

SEM VALOR FISCAL

ICMS			PASEP		COFINS
Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)

Ouvidoria CEMIG: 8880 720 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis

Unidade de leitura

10522698

Conta Contrato

008002232497

Vencimento

06/02/2018

Total a pagar

R\$61,26

83690000000-8 61260138006-8 31211490732-1 08002232497-6

Janeiro/2018



Associação Comunitária do Sapezal



Cláusula Primeira: A Associação Comunitária do Sapezal, fundada em vinte e dois de maio de dois mil e quatro, com sede provisória no Sítio Colorido, localizado na Fazenda Sapezal, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, constituída por número ilimitado de sócios, sem distinção de nacionalidade, religião ou raça, residentes ou domiciliados na mencionada comunidade e suas adjacências.

Cláusula Segunda: A Associação tem por objetivo:

- I – cultivar a mais ampla e perfeita cordialidade entre os sócios;
- II – promover atividades sociais, culturais, desportivas, técnicas e recreativas;
- III – zelar pela melhoria das condições de vida da comunidade;
- IV – firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras;
- V – promover e assistir as pessoas carentes;
- VI – congregar órgãos e entidades do Município e fora deste, em alocar recursos materiais e humanos, em benefício da comunidade;
- VII – desenvolver programas que visem o desenvolvimento agrícola e pecuário e o bem estar social da população;
- VIII – conciliar a exploração comercial com as normas legais de preservação do meio ambiente.

Cláusula Terceira : É vedada a utilização do nome da Associação e da sede social para fins pessoais, bem como para campanhas ou promoções que não sejam de interesse da maioria dos moradores.

Cláusula Quarta : O prazo de duração da Associação é por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta : Serão membros da associação pessoas residentes na comunidade do Sapezal e adjacências interessadas em trabalhar pelo desenvolvimento econômico, social, cultural e ecológico da região.

Dos Deveres do Sócio

Cláusula Sexta: São deveres do Sócio:

- I – respeitar e fazer respeitar o Estatuto;
- II – pagar dentro do prazo determinado as contribuições a que se tenham obrigado;
- III – comparecer assiduamente às reuniões, assembléias e demais entidades da Associação;
- IV – promover e praticar a solidariedade entre os sócios;
- V – prestar o concurso para um maior desenvolvimento da Associação;
- VI – aceitar os cargos sociais para os quais foram eleitos ou nomeados, salvo motivo ou força maior;
- VII – desempenhar fielmente as funções para que foram eleitos, nomeados ou designados;
- VIII – zelar pelo bom desempenho da entidade;
- IX – contribuir com a quantia de R\$ 3,00 (três reais) mensalmente, para a entidade, salientando que este valor poderá alterar-se proporcionalmente à circunstância.

Elisa de Fátima Epifânio Vasconcelos

José Inácio Lemos

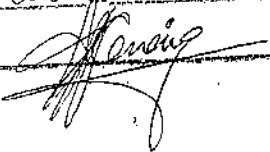
ADVOGADO
OAB/DF 10.266

José Rocho
Secretário

Cartório Registro Civil, Pessoas Naturais e
Jurídicas, Títulos Documentos e Protestos
Comarca de Unaí - MG

Certifico que a presente fotocópia é cópia fiel
do original em Cartório equívoca. Dou fé.

Unaí - MG, 25 de 06 de 04.



CARTÓRIO REG. CIVIL, TÍTULOS,
DOCUMENTOS E PROTESTOS
Edwande Afonso Gonçalves Pereira
OFICIAL VITALÍCIO
Lutz Roberto Soares
Adalberto Cleber G. Ferreira
Vilma Gonçalves Ferreira
ESCREVENTES JURAMENTADOS
Rua São José, 271 - Fone 676-1673
Cx. P. 03 - CEP 38.610-000 - Unaí-MG

Dos Direitos do Sócio



Cláusula Sétima: São direitos do Sócio:

- I - votar e ser votado nas eleições para preenchimento de cargos na Diretoria;
- II - desfrutar os benefícios assegurados pela Associação, sujeitando-se aos seus Regulamentos;
- III - sugerir à Diretoria tudo o que julgar conveniente aos interesses da comunidade;
- IV - tomar parte em todas as atividades associativas;
- V - participar de todas as reuniões e festividades promovidas pela entidade;
- VI - comparecer às assembléias gerais, discutir e votar os assuntos ventilados a propor medidas úteis de interesse da entidade;
- VII - abonar pedidos de admissão de novos membros.

Da Responsabilidade

Cláusula Oitava: Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas em nome da entidade.

Das Penalidades

Cláusula Nona: O sócio que infringir as disposições estatutárias, praticar atos que desabonem o nome da Associação ou perturbar a sua ordem é passível das seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - exclusão, conforme deliberação da Diretoria e aprovação da Assembléia Geral.

Cláusula Décima: A receita da Associação provém de doações de órgãos públicos, da iniciativa privada, das contribuições dos associados, rendimentos do seu patrimônio social ou de atividades promovidas pela Associação de tudo mantida a respectiva contabilidade.

Parágrafo único: As despesas da Associação consistem em gastos ordinários para o seu funcionamento, manutenção da sede social e para fazer face a demais dispêndios inerentes à sua finalidade.

Dos Poderes da Entidade

Cláusula Décima Primeira: São poderes da entidade:

- I - A Assembléia Geral;
- II - O Conselho Deliberativo;
- III - Diretoria;
- IV - Conselho Fiscal. Da Assembléia Geral.

Cláusula Décima Segunda: A Assembléia Geral, órgão soberano da entidade será constituída de todos os membros que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais.

Cláusula Décima Terceira: A Assembléia Geral funcionará com a presença de metade e mais um dos seus membros. Não sendo atingido esse número em primeira convocação, o Presidente convocará uma segunda reunião, a ser realizada trinta minutos depois, tendo o início os trabalhos com qualquer número de associados.

Parágrafo único: A Assembléia Geral decidirá com maioria simples dos votos.

Elisa de Fátima Epifânio Nascimento

João Inácio Lucas
ADVOCADO
OAB/DF 10.985

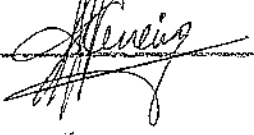
João de Roche
Secretário

Cartório Registro Civil, Pessoas Naturais e
Jurídicas, Títulos Documentos e Protestos

Comarca de Unaí - MG

Certifico que a presente fotocópia é cópia fiel
do original em Cartório arquivada. Dou fé.

Unaí - MG, 25 de 06 de 04.



CARTÓRIO REG. CIVIL, TÍTULOS,
DOCUMENTOS E PROTESTOS
Edwarde Afonso Gonçalves Pereira
OFICIAL VITALÍCIO
Luiz Roberto Soares
Adalberto Cleber G. Ferreira
Vilma Gonçalves Ferreira
ESCRIVENTES JURAMENTADOS
Rda São José, 271 - Fone 676-1675
[Cx. P. 03 - CEP 36.610-000 - Unaí-MG]

24
MAR 11. DE 1963
27

Cláusula Vigésima Primeira: O mandato da Diretoria é de dois anos, permitida a reeleição. Parágrafo único: A reeleição de que trata a presente cláusula será permitida tanto à Diretoria em seu conjunto, quanto a qualquer dos seus membros que porventura concorrerá ou concorrerá por outra chapa.

Cláusula Vigésima Segunda: Os membros da Diretoria não receberão qualquer remuneração pelo desempenho de suas funções, assegurado, no entanto, o direito de ressarcimento por qualquer despesa efetuada desde que devidamente autorizada e comprovada.

Cláusula Vigésima Terceira: São atribuições da Diretoria:

- I – administrar os bens móveis e imóveis da Associação;
- II – receber legados, subvenções, benefícios e tudo o mais que for dado à Associação;
- III – criar ou extinguir departamentos conforme julgar conveniente, assim como provê-los de regulamentos;
- IV – eleger, por maioria simples, os responsáveis pelos departamentos;
- V – Convocar as Assembléias, dirigi-las e fazer cumprir as suas decisões;
- VI – apresentar o relatório e o balanço geral sobre o exercício findo para aprovação da Assembléia Geral;
- VII – admitir e dispensar empregados;
- VIII – resolver os casos não previstos Estatuto.

Cláusula Vigésima Quarta: A Diretoria reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, deliberando por maioria simples de votos, com a presença mínima que representa a metade mais um dos Diretores em exercício.

Cláusula Vigésima Quinta: Compete ao Presidente:

- I – representar a entidade ativa e passivamente, judicial ou extra-judicial;
- II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo;
- III – autorizar os pagamentos e assinar com o tesoureiro, todos os documentos da entidade;
- IV – exercer o voto nas deliberações da Diretoria sempre que se verificar empate;
- V – presidir as reuniões da Diretoria;
- VI – autorizar despesas necessárias;
- VII – assinar documentos de interesse da comunidade;
- VIII – assinar os termos de abertura e encerramento do livro da Associação e rubricar todas as folhas.

Cláusula Vigésima Sexta: Compete ao Vice-Presidente:

- I – auxiliar o presidente em suas funções quando solicitado;
- II – substituir o presidente sem suas faltas ou impedimentos.

Cláusula Vigésima Sétima: Compete ao Primeiro Secretário:

- I – Dirigir os serviços da secretaria;
- II – receber toda a correspondência juntamente com o presidente;
- III – assinar as correspondências juntamente com o Presidente;
- IV – matricular os sócios;
- V – elaborar o relatório anual da Diretoria;
- VI – elaborar e ler as atas de cada sessão;

Elisa de Tatiana Epifânio Nascimento

João Inácio Lucas
ADVOCADO
OAB/DF 10.885

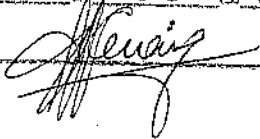
João Pedro
Secretário

Cartório Registro Civil, Pessoas Naturais e
Jurídicas, Títulos Documentos e Protestos

Comarca de Unai - MG

Certifico que a presente fotocópia é cópia fiel
do original em Cartório arquivada. Dou fé.

Unai - MG, 25 de 06 de 04.



CARTÓRIO REG. CIVIL, TÍTULOS
DOCUMENTOS E PROTESTOS

Edwarde Afonso Gonçalves Pereira
OFICIAL VITALÍCIO

Luiz Roberto Soares

Adalberto Cleber G. Ferreira

Vilma Gonçalves Ferreira

ESCRIVENTES JURAMENTADOS

Rua São José, 271 - Fone 676-1675

Cx. P. 03 - CEP 38.610-000 - Unai-MG



Cláusula Décima Quarta: A Assembléia Geral se realizará uma vez por mês ou por convocação do Presidente ou da Diretoria, sempre que houver necessidade.

Parágrafo único: A convocação se fará por correspondência ou por recursos e meios disponíveis.

Cláusula Décima Quinta: Compete à Assembléia Geral:

- I – Aprovar ou reprovar as prestações de contas;
- II – Eleger a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;
- III – Extinguir a entidade e dar destino ao seu patrimônio, nas formas previstas neste Estatuto;
- IV – Reformar o presente Estatuto obedecendo-se o que se estabelece o artigo trigésimo sétimo deste estatuto.

Do Conselho Deliberativo

Cláusula Décima Sexta : O Conselho Deliberativo será composto por cinco membros, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito.

Cláusula Décima Sétima: Compete ao Conselho Deliberativo:

- I – Discutir e deliberar, por maioria de votos em definitivo, sobre qualquer matéria não atribuída especificamente a outros poderes da entidade;
- II – opinar sobre consultas que lhe sejam feitas pela Diretoria,
- III – decidir sobre os casos omissos deste Estatuto;
- IV – empossar a Diretoria da Entidade;
- V – empossar a Diretoria da entidade;
- VI – designar os diretores substitutos, no prazo máximo de trinta dias, a partir da vacância ou pedido de renúncia;
- VII – eleger seu Presidente, que votará no caso de empate;
- VIII – cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- IX – resolver sobre a admissão de novos membros,
- X – examinar o relatório da atividades da Diretoria, no ano anterior;
- XI – aprovar o sistema e critérios a serem adotados para eleição e aprovação das chapas;
- XII – determinar em votação secreta o afastamento do Presidente da Associação, nos casos de faltas graves, devidamente comprovadas, facultando o direito de defesa.

Cláusula Décima Oitava: Sempre que necessário o Conselho Deliberativo reunir-se-á para apreciar relatórios das atividades da Associação e decidir sobre qualquer questão de sua competência.

Da Diretoria

Cláusula Décima Nona: Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembléia Geral, em votação secreta, e da qual participarão, como candidatos e eleitores, todos os sócios contribuintes em dia com suas obrigações.

Cláusula Vigésima: A Diretoria compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros. Parágrafo único: ocorrendo vaga em qualquer posto da Diretoria, o substituto será eleito pela primeira Assembléia Geral que se realize após a vacância.

Elisa de Fatima Epifânio Nascimento

Jose Inácio Lucas
ADVOGADO
OAB/DF 10.982

Jose Procho
Secretário

Cartório Registro Civil, Pessoas Naturais e
Jurídicas, Títulos Documentais e Protestos

Comarca de Unaí - MG

Certifico que a presente fotocópia é cópia fiel
do original em Cartório arquivada. Dou fé.

Unaí - MG, 25 de 06 de 04.



[CARTÓRIO REG. CIVIL, PESSOAS NATURAIS
DOCUMENTOS E PROTESTOS
Edmundo Afonso Gonçalves Pereira
OFICIAL VITALICÍO
Luiz Roberto Soares
Adalberto Cláudio G. Ferreira
Vilma Gonçalves Ferreira
ESCRIVENTES JURAMENTADOS
Rua São José, 271 - Fone 675-1675
[Cx. P. 03 - CEP 30.610-000 - Unaí-MG]

VII – substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos.

Parágrafo único: Ao Segundo Secretário cabe coadjuvar e substituir o Primeiro Secretário, em suas faltas e impedimentos, assim como exercer funções de delegadas pela Diretoria.

Cláusula Vigésima Oitava : Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I – ter sob sua guarda e responsabilidade, os bens e valores sociais da entidade;
- II – assinar com o Presidente, todos os documentos que impliquem em responsabilidade financeira para a entidade;
- III – Promover a arrecadação e a escrituração da receita e da despesa;
- IV – organizar os balancetes, para apresentá-los nas reuniões da Diretoria;
- V – organizar anualmente, o balanço patrimonial e financeiro da entidade, com demonstração da receita e despesa, para aprovação da Assembléia Geral, com parecer do Conselho Fiscal.

Cláusula Vigésima Nona: compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções e atribuições e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Do Conselho Fiscal

Cláusula Trigésima: O Conselho Fiscal, será composto de 03 (três) membros, tendo também o seu mandato de dois anos. No impedimento ou vacância o Conselho Deliberativo poderá indicar outro associado para ocupar a vaga do membro renunciante ou destituído do Conselho Fiscal.

Cláusula Trigésima Primeira: Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Fiscalizar todo o movimento financeiro da Presidência, quer seja despesa, quer de receita;
- II – Fiscalizar se as despesas e receitas estão ocorrendo com observância das normas constantes do presente Estatuto.
- III – Verificar se os lucros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados com zelo e se bem guardados.

Parágrafo único: As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples.
Cláusula Trigésima Segunda: Havendo vaga no Conselho Fiscal será a mesma preenchida por indicação do Conselho Deliberativo.

Cláusula Trigésima Terceira: O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que necessário para examinar as contas da Associação.

Cláusula Trigésima Quarta: A eleição para preenchimento dos cargos eletivos realizar-se-á até trinta dias antes do vencimento do mandato dos membros da Diretoria.

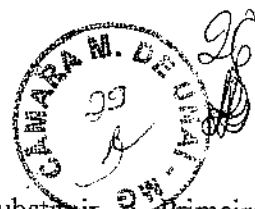
Cláusula Trigésima Quinta: Todas as eleições obedecerão ao princípio de voto secreto assegurado a todo o sócio contribuinte, desde que em dia com suas obrigações, o direito de votar e ser votado.

Cláusula Trigésima Sexta: A eleição será dirigida por uma comissão eleitoral designada pela diretoria, composta de cinco membros, que dividirão entre si as atribuições.

Elisa de Tatiana Epifânio Vasconcelos

José Onácio Lúcia
ADVOGADO
04/07/10.000

João Rocha
Secretário



Cartório Registro Civil, Pessoas Naturais e
Jurídicas, Títulos Documentos e Protestos
Comarca de Unaí - MG

Certifico que a presente fotocópia é cópia fiel
do original em Cartório arquivada. Dou fé.

Unaí - MG, 25 de 06 de 04.



**CARTÓRIO REG. CIVIL, TÍTULOS,
DOCUMENTOS E PROTESTOS**

Edwarde Afonso Gonçalves Pereira
OFICIAL VITALÍCIO

Luiz Roberto Soares

Adalberto Cleber G. Ferrelra

Vilma Gonçalves Ferrelra

ESCREVENTES JURAMENTADOS

Rua São José, 271 - Fone 676-1675

Cx. P. 63 - CEP 38.610-000 - Unaí-MG

Parágrafo Primeiro: A data da eleição deverá ser marcada com uma antecedência mínima de quinze dias e dela será dada ampla divulgação.

Parágrafo Segundo: Só poderão concorrer à eleição as chapas anteriormente registradas junto à comissão eleitoral.

Parágrafo Terceiro: Nenhum candidato poderá concorrer por mais de uma chapa.

Parágrafo Quarto: A apuração do resultado da eleição far-se-á imediatamente após o encerramento do pleito.

Parágrafo Quinto: Verificando-se empate entre dois candidatos ao mesmo cargo, será considerado eleito o mais idoso.

Parágrafo Sexto: A comissão eleitoral dará prévia ciência a cerca do local onde se processará a votação e do seu período de duração.

Da Reforma do Estatuto

Cláusula Trigésima Sétima: O presente Estatuto só poderá ser reformado por deliberação da Assembléia Geral para este fim especialmente convocada mediante convocação mínima de dois terços dos associados.

Da Dissolução da Associação

Cláusula Trigésima Oitava: A Associação somente se dissolverá por deliberação da Assembléia Geral, para este fim especialmente convocada, e mediante votação favorável da maioria absoluta dos associados inscritos.

Parágrafo único: Dissolvida a Associação, os bens de seu patrimônio social, serão revertidos a entidades assistências, de acordo com que estabelecer a Assembléia que deliberar sobre a dissolução.

Das Disposições Gerais

Cláusula Trigésima Nona: O Exercício de qualquer cargo na Diretoria, no Conselho Fiscal e no Conselho Deliberativo, não será remunerado.

Cláusula Quadragésima: O Presente Estatuto entrará em vigor depois de devidamente registrado no Cartório competente.

Unai-MG, 24 de junho de 2004

Elisa de Fátima Epifânio Nascimento

ELISA DE FÁTIMA EPIFÂNIO NASCIMENTO
PRESIDENTE

José Rocha
JOSE ROCHA
SECRETÁRIO

[Assinatura]
José Rocha
SECRETÁRIO
24/06/2004

Documento apresentado hoje para registro.

REGISTRADO

sob o nº

755

AVERBADO

no Livro A-04 de Pessoas Jurídicas.

Unai - MG, 25 de 06 de 04.

[Assinatura]
O OFICIAL OU ESCRIVENTE

Cartório Registro Civil, Pessoas Naturais e
Jurídicas, Títulos Documentos e Protestos

Cornatona de Unai - MG

Certifico que a presente fotocópia é cópia fiel
do original, em Cartório arquivado. Dou fé.

Unai - MG, 25 de 06 de 04.

[Assinatura]

CARTÓRIO REG. CIVIL, TÍTULOS E PROTESTOS

Edwarde Afonso Gonçalves Perreira
OFICIAL VITALÍCIO

Luiz Roberto Soares
Adalberto Cleber G. Ferreira
Vilma Gonçalves Ferreira

ESCRIVENTES JURAMENTADOS

Rua São José, 271 - Fone 676-1675
Cx. P. 03 - CEP 38.610-000 - Unai-MG

CARTÓRIO REG. CIVIL, TÍTULOS E PROTESTOS

Edwarde Afonso Gonçalves Perreira
OFICIAL VITALÍCIO

Luiz Roberto Soares
Adalberto Cleber G. Ferreira
Vilma Gonçalves Ferreira
ESCRIVENTES JURAMENTADOS

Rua São José, 271 - Fone 676-1675

Cx. P. 03 - CEP 38.610-000 - Unai-MG





Ao contrale Interna,

Senhora Controladora, para análise e procedimentos legais.

Unai, 26/01/2018

Waldir Wilson Novais Pinto Filho
Secretaria Municipal de Governo



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

EMENDA N.º 2

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (\$)
	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	10.000,00	1236
Total										
Cancelamento Compensatório	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	10.000,00	188
Total										
Auxílio à entidade Associação Comunitária do Sapezal, a fim de subsidiar esta entidade na ampliação e reforma de sua sede.										

EMENDA N.º 3

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (\$)
	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	20.000,00	1236
Total										
Cancelamento Compensatório	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	20.000,00	188
Total										
Auxílio à Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Larga o Rosário, a fim de que esta entidade possa ampliar sua sede.										





MUNICÍPIO DE UNAI

Controladoria Interna e de Transparência Pública



PARECER Nº 024 / 2018

PROCESSO Nº: 01390 / 2018 de 26 de janeiro de 2018

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL

ASSUNTO: Termo de Parceria - Emenda Parlamentar nº 2 - no valor de R\$ 10.000,00

OBJETO DA EMENDA: Auxílio à entidade Associação Comunitária do Sapezal, a fim de subsidiar esta entidade na ampliação e reforma de sua sede.

PARECER

Trata-se de apresentação de proposta para a celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

A princípio, vale dizer que o repasse de recursos financeiros decorrente de Emenda Parlamentar à entidade beneficiada acima identificada enquadra-se ao que dispõe o art. 29 da Lei nº 13.019/2014 - Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que diz: "Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público". (grifos nossos)

Atestamos a existência de crédito orçamentário para a execução do objeto dessa parceria, conforme Lei nº 3.128, de 11 de dezembro de 2017. Os valores previstos serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho a ser aprovado. A saber:

Descrição - Entidade	Dotação orçamentária	Ficha	Valor R\$
Associação Comunitária do Sapezal	02 09 02 20 122 2750 0018 4.4.50.42.00	1236	10.000,00

Atestamos ainda que, a entidade acima identificada está **REGULAR** em relação a prestações de contas decorrentes de repasses de recursos anteriores, realizados pelo município à entidade.

Encaminhamos os autos à **Secretaria Municipal da Agricultura e Serviços Rurais**, responsável pela gestão da parceria, para análise e acompanhamento do processo. Caso conclua pela possibilidade de celebração da parceria, o gestor deve acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, conforme dispõe o art. 61 da Lei 13.019/2014.

É o parecer.

Unai/MG., 30 de janeiro de 2018.


Lilian Cunha Rissi Matusita

Controladora Interna e de Transparência Pública



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
PODER EXECUTIVO



Arquivo digital para
preenchimento, disponível no
Temporário – Controle Interno
– Comissão de Seleção –
Checklist.

RELATÓRIO
COMISSÃO DE SELEÇÃO
(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 2º, X; art. 27, § 1º)

IDENTIFICAÇÃO	
Processo nº: 01390/2018	
Nome da organização: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL	
CNPJ: 07.352.729/0001-76	Data Criação: 25/06/2004
Endereço: Sítio Colorido da Comunidade Sapezal, S/N – Zona Rural	
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000
Telefones: Fixo (38) 3677-9610	
Objeto da parceria: Auxílio para reforma da estrutura física do galpão da sede da Associação.	
Valor total da parceria: R\$ 10.000,00	

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Organização da Sociedade Civil apresentou:

Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
1	Cópia do estatuto registrado e suas eventuais alterações, constando expressamente:	X			
	- objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; (*)	X			
	- a previsão de que, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; (*)		X		X
	- a previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;		X		X



MUNICÍPIO DE UNAI - MG
PODER EXECUTIVO



Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	
2	Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando sua existência de 1 (um) ano, no mínimo;	X			
3	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, registrada em cartório;	X			
4	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND Federal);	X			
5	Certidão negativa de débitos trabalhistas;	X			
6	Certidão negativa de débitos estaduais;	X			
7	Certidão negativa de débitos tributários emitida pelo Município de Unai;	X			
8	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;	X			
9	Comprovante de funcionamento no endereço por ela declarado;	X			
10	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;	X			
11	Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;	X			X
12	Declaração de que, dentre seus dirigentes e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai;	X			



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
PODER EXECUTIVO



Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	
13	Declaração de que: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unaí; ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria;	X			
14	Declaração de que não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.	X			
15	Declaração de que não contratará nem remunerará servidor ou empregado público, a qualquer título, com os recursos repassados;	X			
16	Declaração de que possui instalações e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;	X			
17	Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, na qual serão depositados os recursos públicos decorrentes da parceria;		X		
18	Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;		X		



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
PODER EXECUTIVO



Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	
19	Comprovação de que está inserido no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, quando a parceria envolver política de assistência social;			X	
20	Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação, caso exigido pelo respectivo conselho de política pública;		X		
21	Plano de trabalho, nos termos da lei.	X			X

CONCLUSÃO I

Em relação aos documentos exigidos no edital de convocação, a Organização da Sociedade Civil apresentou todos os documentos necessários:

() Sim, devendo o processo ser encaminhado ao Técnico da área para emissão de Parecer.

(X) Não, devendo apresentar os seguintes documentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

Item 1 - O Estatuto não prevê a dissolução da entidade de acordo com a Lei nº 13.019/2014; e não prevê a escrituração contábil de acordo com as Normas Brasileira de Contabilidade.

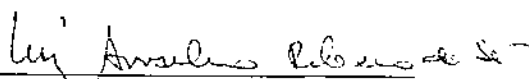
Item 11 – O Atestado de Capacidade Técnica e Operacional para o desenvolvimento das atividades prevista e o cumprimento das metas estabelecidas não está assinado.

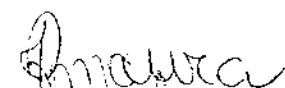
Itens 17, 18 e 20 - Não estão anexados os documentos pedidos (Comprovação de experiência prévia na realização com efetividade do objeto da parceria ou de natureza semelhante; Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, na qual serão depositados os recursos públicos decorrentes da parceria; Inscrição no Conselho Municipal pertinente).

Item 21 – O Plano de Trabalho não está assinado pelo gestor da parceria.

É o Parecer da Comissão de Seleção.

Unaí-MG, 27 de fevereiro de 2018.


Luiz Anselmo Ribeiro de Sá


Jaqueline Antério de Moura


Jaqueline Luiz Xavier


Paulo César Gonçalves Ferreira



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG
PODER EXECUTIVO



Unai-MG, 28 de fevereiro de 2018

Processo: 01390/2018

Prezado Senhor,
Wagner Bento Martins
Associação Comunitária do Sapezal

Em relação aos documentos necessários à celebração da Emenda Parlamentar nº 2 à Organização Sociedade Civil, após análise da Comissão de Seleção, restam pendentes os seguintes documentos:

- 1) O Estatuto não a previsão de que, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; e a previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- 2) Não Constam anexados o itens 11, 17, 18 e 20:
 - Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;
 - Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, na qual serão depositados os recursos públicos decorrentes da parceria;
 - Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
 - Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação, caso exigido pelo respectivo conselho de política pública.

Devendo apresentar a documentação pendente no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ciência da pendência.

Na resposta deve constar o numero do processo.

41-

Jose Iomar Pereira dos Santos
Secretário Municipal de Agricultura
e Serviços Rurais

08/03/18

13:37



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

PODER EXECUTIVO



PARECER TÉCNICO

(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 35, V)

IDENTIFICAÇÃO		
Processo nº: 01390/2018	Nome da organização: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO SAPEZAL	
CNPJ: 07.352.729.0001-76	Data Criação: 01/05/2018	
Endereço: FAZENDA SÍTIO COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL		
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000	Telefones: (38)
Objeto: AUXILIO A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO SAPEZAL A AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONTRUÇÃO PARA REFORMA DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO		
Valor total da parceria: 10.000	Valor da parcela:	

"Ao decidir sobre a celebração de parcerias previstas nesta Lei, o administrador público: II avaliará as propostas de parceria com o rigor técnico necessário (art. 8º, Lei 13.019/2014)"

DOS REQUISITOS

"emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito: (art. 35º, V, Lei 13.019/2014)"

a) Mérito da proposta

O município de Unaí no estado de Minas Gerais é um dos maiores produtores de grãos dos pais, e um das maiores bacias leiteiras do Estado. Soma se isso a alta participação da agricultura familiar na produção de hortifrutigranjeiros, o município se destaca como celeiro das gerais. Está consolidado no município mais de 30 assentamentos da reforma agrária e diversas feiras de produtores existentes na cidade, agregando valor de seus produtores e aumentando com isso sua renda familiar e a economia do município. Estas comunidades e assentamentos estão organizados em associações rurais, onde a mesma soa representada e se representa no conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO SAPEZAL esta com mérito em melhorar a estrutura do seu galpão, com pintura e reboco.

b) Identidade e reciprocidade de interesse das partes

E de interesse das partes em desenvolver melhorias de instalação de sua sede para eventuais reuniões e festividades

c) Viabilidade de execução

O trabalho é viável pelo fato da comunidade não esta com sua sede apropriado para eventuais reuniões.

d) Cronograma de desembolso

O cronograma de desembolso apresentado no Plano de trabalho dilui-se no mês de março a abril, pois é compra de material permanente.



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

PODER EXECUTIVO



e) Fiscalização da execução da parceria e Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação

A fiscalização da parceria ficará a cargo da comissão de monitoramento e avaliação será instituída por decreto municipal, dentro da perspectiva do MROSC deverá estabelecer foco no resultado para além da prestação de contas financeira. Tal fiscalização deverá ser materializada, através de análise de relatórios, entrevistas, visitas in loco, aferição dos índices de atendimento do usuário atendido, bem como da satisfação pública, sendo desenvolvida durante o todo processo de execução.

g) Designação do gestor da parceria

O gesto da parceria, no âmbito da política municipal conforme o decreto municipal: 4779,9 de fevereiro de 2018

CONSIDERAÇÕES

A proposta de plano de trabalho apresentada e para movimentos e auxílios, O que é abviamente coerente com a proposta de serviço.

CONCLUSÃO I

Considerando a análise documental: Plano de Trabalho, Estatuto, Certidões, Declarações e outros...

Considerando a visita *in loco*, entrevistas e outros...

- (X) Sim, **Manifesto Favorável** ao estabelecimento da parceria da administração pública municipal, através do Termo de Fomento, **reconhecendo a capacidade técnica operacional da entidade** acima identificada para executar o objeto proposto na parceria;
- () Não, **Manifesto Desfavorável** ao estabelecimento da parceria, pois a entidade **não preenche os requisitos técnicos necessários**;
- () Para estabelecimento da parceria, fica a **entidade NOTIFICADA a apresentar** os seguintes documentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

É o Parecer Técnico,

Unaí-MG, 12 de março de 2018.

Bruno Fagner Pereira da Cruz
Chefe de Divisão
Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais



PREFEITURA DE UNAÍ
Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais



Processo: 1390/2018

Solicitante: Associação Comunitaria do Sapezal

Acolho Parecer Técnico e encaminhamento para análise e emissão de Parecer Jurídico.

Unaí/MG 26 de março de 2018.

José Iomar Pereira dos Santos
Secretário Municipal de Agricultura
e Serviços Rurais

38
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL
CNPJ: 07.352.729/0001-76
SIT COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL – ZONA RURAL – UNAI MG – CEP 38.610-008

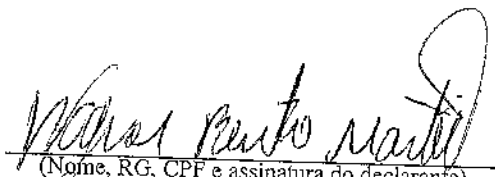


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Atestamos para os devidos fins que o(a) **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**, inscrito(a) no CNPJ nº **07.352.729/0001-76**, com sede na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais, **SITIO COLORIDO DA COMUNIDADE SAPEZAL S/N**, possui capacidade técnica e operacional para a execução das atividades de **Reforma e Ampliação da Sede**.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unai, 10 de Abril de 2018.


(Nome, RG, CPF e assinatura do declarante)



Estatuto da Associação Comunitária do Sapezal

UNAI/MG
2018



A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

ÍNDICE



Capítulo I Da Denominação, Sede, Duração e Finalidades.

Capítulo II Do quadro de associados, Da Admissão, Exclusão, Direitos, Deveres e Penalidades dos Associados.

Capítulo III Dos Órgãos: Deliberativos, Administrativos e Fiscalizador.

Capítulo IV Das Eleições.

Capítulo V Das Fontes de Recursos e do Patrimônio

Capítulo VI Da perda do Mandato

Capítulo VII Das Substituições e Disposições Gerais.

Alteração Consolidada do Estatuto da Associação Comunitária do Sapezal

Conforme Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Art.5º, Art.53 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015, que Altera a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, "que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999"; altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei no 91, de 28 de agosto de 1935.

Stênio *Santo Bente*
 JAIME MARTINS VASCONCELOS
Haroldo Bastos



Capítulo I
Da Denominação, Sede, Duração e Finalidades.

Art. 1º - A Associação Comunitária do Sapezal, CNPJ: 07.352.729/0001-76, é uma Organização da Sociedade Civil - OSC, entidade privada sem fins lucrativos, com foro na Comarca de Unai/MG e sede no Sítio Colorido, S/Nº, localizado na Zona Rural, Município de Unai/MG, CEP 38610.000 denominada Associação Comunitária do Sapezal com duração por tempo indeterminado, regida pelo disposto no presente estatuto e legislação pertinente.

Art. 2º - É objetivo da Associação Comunitária do Sapezal, o exercício de mútua colaboração entre os sócios, visando a promoção do desenvolvimento socioeconômico de seus associados, por meio da racionalização das atividades agropecuárias e agroindustriais por eles realizadas, bem como manejo, mercado e preços, melhoria de qualidade e de produtividade, disponibilizando auxílio técnico aos produtores rurais e associados no desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos, a Associação Comunitária do Sapezal poderá:

- I. Desenvolver as atividades de interesse e finalidade pública e relevância social;
- II. Defender os direitos e interesses dos associados;
- III. Apoiar seus associados nos processos de gestão, produção, comercialização e nos intercâmbios para trocas de experiências e informações;
- IV. Apoiar e orientar seus associados nas atividades de compras coletivas de insumos;
- V. Apoiar e orientar seus associados nas atividades de vendas coletivas seja elas para o mercado convencional ou institucional;
- VI. Afim de cumprir as suas finalidades, poderá firmar convênios, acordos, contratos, termos de parcerias e projetos, termos de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas, nacional e estrangeira para atender os interesses de seus associados em projetos e programas relacionados à agropecuária, agrossilvicultura, agricultura, apicultura, trabalho com crianças e adolescentes, podendo receber doações de recursos, materiais, equipamentos e insumos para o desenvolvimento de suas atividades;
- VII. Filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão;
- VIII. Promover a prestação de serviços de transportes, classificação, embalagem e outros necessários à produção, compras e comercialização dos seus associados;
- IX. Facilitar o relacionamento dos associados com bancos, cooperativo e outras entidades que atuem no meio rural;
- X. Manter cadastro dos seus associados atualizado, tanto para regularização interna quanto para inserção em projetos e acesso ao mercado;
- XI. Promover a união dos seus associados, para ações e intercâmbios técnicos, sociais, ambientais, culturais e comerciais;
- XII. Fomentar o estudo e a difusão dos trabalhos da associação por meio de produção, confecção e divulgação de materiais;
- XIII. Organizar, participar e promover feiras e eventos nos âmbitos nacionais e internacionais;
- XIV. Garantir a qualidade dos produtos dos associados aderindo ou promovendo a certificação de produtos por meio de parcerias com instituições públicas ou provadas;

Jaime Martins Vasconcelos
JAIME MARTINS VASCONCELOS

- XV. Defender os interesses da associação junto às autoridades constituídas, órgãos públicos municipais, estaduais, federais; entidades privadas, OSCs concessionárias de serviços públicos;
- XVI. Desenvolver atividades de cunho, ambiental, social, recreativa e cultural;
- XVII. Contratar mão de obra especializada para o desenvolvimento de suas atividades;
- XVIII. Criar e manter um fundo monetário com vista à sustentabilidade da instituição;
- XIX. Promover a preservação do meio ambiente;

Parágrafo único - A Associação Comunitária do sapezal observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Capítulo II

Seção I - Do Quadro de Associados

Art. 4º - Poderão ser sócios da Associação Comunitária do Sapezal, homens e mulheres proprietários de imóveis rurais, incluindo parceiros, meeiros e arrendatários, residentes nas proximidades e adjacências do Sítio Colorido no município de Unaí/MG.

Parágrafo Único: também poderá associar-se jovens acima de 16 anos, devidamente autorizado pelo responsável legal.

Art. 5º - Os Associados serão divididos nas seguintes categorias: Associado Fundador; Associado Efetivo; Associado dependente e Associado Benemérito.

I - São considerados Associados Fundadores aqueles que subscreveram a ata de constituição da Associação;

II - São considerados Associados Efetivos os associados cadastrados junto à secretaria da Associação, posterior à data da constituição e aprovados em assembleia geral;

III - São considerados Associados Dependentes os filhos, esposas, maridos e outros membros da família do associado titular mediante cadastro prévio na associação. Os associados dependentes só terão direito a voto na ausência do associado titular. Poderão participar da diretoria executiva ou conselho fiscal obedecendo as mesmas exigências do associado efetivo.

IV - O Título de Associados Benemérito será conferido pela Assembleia Geral, mediante proposta de qualquer associado, através de requerimento encaminhado à Presidência e submetido à deliberação da Assembleia, por maioria simples, a quem tenha prestado relevantes serviços à Associação Comunitária do Sapezal.

Seção II - Da Admissão dos Associados

Art. 6º - A Admissão de associados efetivos ocorrerá mediante indicação dos associados, obedecendo às normas estabelecidas no Regimento Interno da Associação Comunitária do Sapezal e deverá ser apreciado e aprovado pela assembleia geral ordinária ou extraordinária.

§ 1º - Para fins de cadastramento dos associados, a diretoria poderá constituir um grupo de trabalho específico para a tarefa;

§ 2º - O cadastro dos associados ficará registrado em livro, fichas ou informatizado, a critério da diretoria, sob a responsabilidade da secretaria.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
JAIME MARTINS VASCONCELOS

[Handwritten signature]

Seção III - Da Exclusão dos Associados

- Art. 7º** - Deixarão de pertencer ao quadro de associados, aqueles membros que:
- I. Requererem o seu desligamento por escrito à Presidência da Associação Comunitária do Sapezal;
 - II. Falecerem;
 - III. Os associados que deixarem de cumprir suas obrigações estatutárias e regimentais;
 - IV. Por falta grave assinalada pela diretoria da associação.

Parágrafo Único: para as disposições III e IV desse artigo, caberá recurso ao associado mediante Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária seguinte após a exclusão.

Art. 8º - Serão automaticamente desligados da Associação:

- I. Os sócios que solicitarem sua exclusão por escrito;
- II. Os sócios em débito onde ultrapassa os limites estabelecidos pelo Regimento Interno;
- III. Os sócios que desrespeitarem os regulamentos da Associação;
- IV. O sócio que exceder o número de faltas estabelecido pelo Regimento Interno;

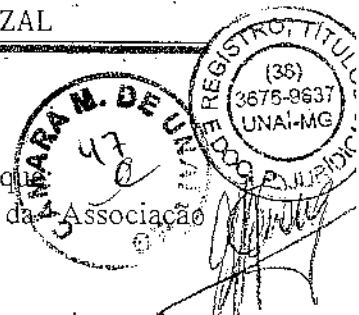
Parágrafo Único: Nos casos de exclusão a que se referem os itens dois e três deste artigo, resguarda-se o direito de defesa, devendo o excluído, se desejar, exercer seu direito de defesa ampla, mediante a Assembleia imediatamente após a exclusão.

Seção IV - Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 9º - São direitos dos associados:

- I. Participar de todas as atividades técnico-Científicas, sociais, culturais, esportivas e recreativas promovidas pela Associação;
- II. Participar das Assembleias Gerais, tomando parte nos trabalhos e deliberações;
- III. Votar e ser votado;
- IV. Requerer com número não inferior de 1/3 (um terço) dos associados à convocação da Assembleia Geral Extraordinária;
- V. Tomar parte nas Assembleias e nelas apresentar qualquer proposta ou indicação, condizentes com os fins da Associação, bem como discutir e votar;
- VI. Beneficiar-se dos serviços que a Associação estiver habilitada a prestar e, nas condições que esta possa conceder;
- VII. Usar as dependências da Associação Comunitária do Sapezal e todos os serviços disponibilizados pela Entidade, gratuitamente, mediante prévia solicitação e inscrição observadas a ordem de pedidos.
- VIII. Consultar os livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio;
- IX. Solicitar, ou qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor medidas de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- X. Pedir demissão do quadro social;
- XI. Gozar das vantagens que lhes são conferidas, junto à sua família, pela associação;
- XII. Usar as dependências da Associação Comunitária do Sapezal e todos os serviços disponibilizados pela Entidade, gratuitamente, mediante prévia solicitação e inscrição observadas a ordem de pedidos;

Parágrafo único: Só poderá fazer parte da diretoria o associado que possuir idade mínima de 18 anos.



43

[Handwritten signature]

Francisco Martins

Santo Bento
JAINE MARTINS VAZ LENCAS

[Handwritten signature]

Art. 10º - São deveres dos associados:

- I. Respeitar e acatar o disposto no presente estatuto, regimento interno, grupos de trabalho ou determinações deliberadas em Assembleia Geral;
- II. Trabalhar em prol dos objetivos da Associação Comunitária do Sapezal;
- III. Pagar nos prazos estipulados às contribuições ou mensalidades quando forem estipuladas com aprovação da Assembleia Geral;
- IV. Respeitar este estatuto, seu regimento interno e as decisões de deliberação;
- V. Cumprir com as tarefas para as quais tenham sido designados e aceito;
- VI. Participar as reuniões de órgãos de que façam parte e Assembleias Gerais e acatar decisões;
- VII. Respeitar os compromissos assumidos para com a Associação;
- VIII. Contribuir para proteger o bom nome e o progresso da Associação;
- IX. Não participar ou fomentar atividades agressivas ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.



Seção V – Das Penalidades

Art. 11º - Os associados estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência por escrito;
- c) Suspensão;
- d) Exclusão.

§ 1º - Serão advertidos verbalmente ou por escrito os associados que desrespeitar o disposto neste Estatuto, regulamento, regimento interno, grupos de trabalho, determinações da diretoria, deliberadas pela Assembleia Geral;

§ 2º - Serão suspensos por ato da diretoria, os associados que após advertência, reincidirem na prática de atitudes com o disposto neste Estatuto, as normas internas, nas determinações da diretoria, ou cuja postura infrinja a legislação vigente;

§ 3º - Das penalidades aplicadas de acordo com o disposto no parágrafo 1º e 2º deste artigo caberá recurso por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias à Assembleia Geral, e caberá recurso na próxima assembleia ordinária ou extraordinária que deliberará através de maioria simples em voto secreto;

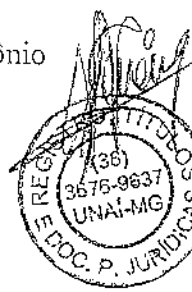
§ 4º - O recurso previsto no parágrafo anterior será encaminhado ao Presidente da Associação Comunitária do Sapezal.

§ 5º - A exclusão do associado ocorrerá por motivo de justa causa, através de ato fundamentado da diretoria.

§ 6º - Constitui-se motivo de justa causa para fins de exclusão, a reincidência do associado em atitudes incompatíveis com o disposto neste Estatuto, nas normas internas dos grupos de trabalhos, determinações da diretoria deliberadas em Assembleia Geral, após aplicação de advertência verbal ou escrita e suspensão;

§ 7º - Do ato da Diretoria que determinar a exclusão do associado, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias à Assembleia Geral, que deliberará através de maioria simples 50% mais um;

§ 8º - A exclusão do associado poderá ocorrer sumariamente, se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta



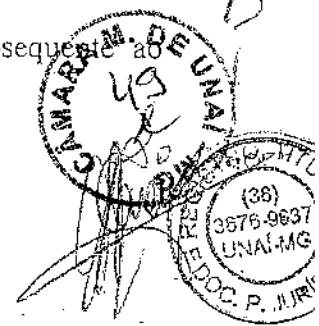
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature: JANE MANTAS VASCONCELOS]

[Handwritten signature]

dos presentes à Assembleia Geral ordinária ou extraordinária subsequente ao pedido.



Capítulo III

Dos Órgãos: Deliberativos, Administrativos e Fiscalizador.

Seção I - Do Órgão Deliberativo

Art. 12º - A Assembleia Geral ordinária ou extraordinária constitui órgão soberano dos associados para as deliberações da Associação e será composta por todos associados, em pleno gozo de seus direitos e será convocado pela diretoria, conselho fiscal e na sua ausência garantindo o direito de 1/5 (um quinto) dos associados promovê-la.

Art. 13º - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre qualquer assunto constante do Edital de Convocação.

Art. 14º - É competência privativa da Assembleia Geral:

- I. Eleger e empossar os administradores;
- II. Destituir os administradores e/ou associados;
- III. Aprovar as contas;
- IV. Alterar o estatuto;
- V. Constituir e alterar o regimento interno;
- VI. Traçar diretrizes.
- VII. Criar os Grupos de Trabalho.

§ 1º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente da Associação e na sua falta ou de seu substituto, será indicado um presidente da assembleia na hora. Em caso de a Assembleia ser convocada pelos associados será eleito o presidente no ato;

§ 2º - As deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, não havendo disposição em contrário;

§ 3º - Para as deliberações referentes ao disposto nos incisos II e IV deste artigo, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

§ 4º - A Assembleia Geral instala-se em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos associados com o direito a voto e em segunda convocação, quinze minutos após, com qualquer número de associados com direito a voto.

Art. 15º - A convocação da Assembleia Geral será através de edital de convocação, assinado pelo presidente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, dele devendo constar, data e horário, local onde a Assembleia se realizará e a pauta dos trabalhos.

§ 1º - O Edital de Convocação deverá ser afixado na sede da Associação e em locais públicos de fácil acesso dos associados.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
JAIME MARTINS VASCONCELOS

[Handwritten signature]

§ 2º - É garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação da Assembleia Geral, hipótese em que, uma cópia do Edital de Convocação será encaminhada ao Presidente da Associação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

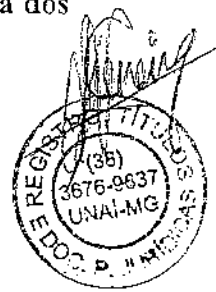


Art. 16º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, até o mês de março para apreciação do balanço anual para prestação de contas e extraordinariamente sempre que convocada.

Seção II - Do Órgão Administrativo

Art. 17º - A Associação terá como órgão administrativo, uma diretoria composta dos seguintes cargos:

- I. Presidente
- II. Vice-Presidente
- III. 1º Secretário
- IV. 2º Secretário
- V. 1º Tesoureiro
- VI. 2º Tesoureiro



Art. 18º - Compete à Diretoria:

- I. Exercer com competência e dedicação a administração da Associação;
- II. Elaborar o regulamento e regimento interno;
- III. Prestar aos associados a assistência devida de conformidade com o disposto neste, esforçando-se para manter a harmonia e cordialidade entre todos;
- IV. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, acatando as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
- V. Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- VI. Elaborar e apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração, relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo, observando os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.

Art. 19º - O mandato dos membros da diretoria será de dois anos, podendo ser permitida a reeleição.

Art. 20º - Os membros da diretoria serão eleitos, em Assembleia Geral específica, composta pelos associados em pleno gozo de seus direitos podendo ser empossados no ato ou no máximo 30 (trinta) dias após a eleição.

Art. 21º - O prazo de gestão da Diretoria e Conselho Fiscal se estenderá até a posse dos novos membros eleitos.

Art. 22º - Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação Judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;
- II. Instalar e presidir as Assembleias e reuniões da Diretoria;
- III. Dirigir e supervisionar os trabalhos administrativos;
- IV. Autorizar despesas;
- V. Admitir e demitir funcionários;
- VI. Constituir procurador quando se fizer necessário;
- VII. Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação Comunitária do Sapezal.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
JAI ME MARTINS VILCONCELOS

[Handwritten signature]

- VIII. Assinar juntamente com o tesoureiro, convênios, projetos e todos os documentos que envolvam responsabilidade para a Associação, inclusive contas bancárias, ordens de pagamento e contas de poupança e aplicações.



Parágrafo Único – Para desenvolver qualquer tarefa específica de prazo determinado, o Presidente poderá constituir grupos de trabalho com poderes específicos.

Art. 23º - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em caso de vacância do cargo, impedimentos ocasionais e ausência, cabendo-lhe todas as prerrogativas atribuídas ao Presidente;
- II. Assumir definitivamente a presidência no caso de vacância.

Art. 24º - Ao Secretário compete:

- I. Encarregar-se da documentação, expediente e arquivo da Associação;
- II. Expedir as convocações de reuniões e Assembleias;
- III. Organizar com o presidente a pauta de reuniões;
- IV. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleias;
- V. Registrar em livro próprio as atas das reuniões e Assembleias e manter sempre atualizado o cadastro dos associados.



Art. 25º - Ao 2º Secretário compete substituir o 1º Secretário em caso de vacância do cargo, impedimentos ocasionais e ausência, cabendo-lhe todas as prerrogativas atribuídas ao 1º Secretário.

Art. 26º - Ao Tesoureiro compete:

- I. Assinar juntamente com o Presidente, convênios, projetos e os documentos que envolvam responsabilidade para a Associação, inclusive contas bancárias, ordem de pagamento, contas de poupança e aplicações;
- II. Encarregar-se dos arquivos e dos documentos da tesouraria;
- III. Preparar os balancetes mensais da Associação e mantê-los à disposição dos associados;
- IV. Apresentar anualmente, até o mês de fevereiro o balanço anual, para exame do Conselho Fiscal e posteriormente à Assembleia Geral;
- V. Manter em conta corrente bancária ou conta de poupança os fundos e valores financeiros da Associação;
- VI. Prestar contas trimestralmente para a associação;
- VII. Na prestação de contas e efetiva contabilização, observar os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.

Art. 27º - Ao 2º-Tesoureiro compete substituir o 1º Tesoureiro em caso de vacância do cargo, impedimentos ocasionais e ausência, cabendo-lhe todas as prerrogativas atribuídas ao 1º Tesoureiro.

Seção III – Do Órgão Fiscalizador

Art. 28º - O Conselho Fiscal é o órgão Fiscalizador da Associação e será composto por 03 (três) Conselheiros Efetivos eleitos entre os associados, com mandato de 02 anos, com direito à reeleição.

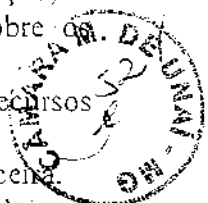
§ 1º - Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal, elegerão o Presidente, Vice-Presidente e Secretário entre seus membros efetivos.

§ 2º - Compete ao Conselho Fiscal:

Handwritten signatures and text:
 SANTO BENTO
 JAIME MARTINS VASCONCELOS

Handwritten signature and number:
 9

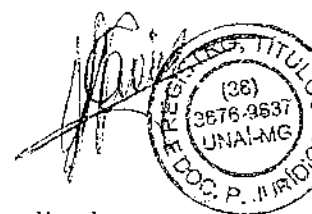
- I. Fiscalizar os atos da diretoria e aplicação dos recursos financeiros da Associação;
- II. Analisar os balancetes mensais e o balanço anual, emitindo parecer sobre os mesmos e para as prestações de contas trimestrais.
- III. Manifestar sobre a alienação e venda de bens patrimoniais adquiridos com recursos próprios.
- IV. Denunciar à Assembleia Geral as irregularidades observadas na gestão financeira;
- V. Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas em conformidade com a Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015.



Art. 29º - O Conselho Fiscal poderá solicitar serviços de terceiros para realizar auditorias e fornecer relatórios de avaliação quando necessário.

Capítulo IV

Seção I – Das Eleições



Art. 30º - A eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação será realizada em Assembleia Geral específica, até 30 (trinta) dias antes do término do mandato da Diretoria e Conselho Fiscal em vigor, devendo haver convocação pelo Presidente, através de Edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único – O Edital indicará a data, local da votação, o início e término da mesma.

Art. 31º - O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral que poderá ser convidada ou composta por 03 (três) membros, eleitos em Assembleia Geral específica, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Único – Os membros da Comissão Eleitoral elegerão em reunião específica, da qual será redigida a respectiva ata, um Presidente e um secretário.

Art. 32º - A composição completa de cada chapa deverá ser apresentada em 02 (duas) vias e protocolada junto à secretaria ou presidência da Associação, até 05 (cinco) dias antes da data da realização da eleição.

§ 1º - Uma via ficará em poder da Comissão Eleitoral e a segunda via devolvida ao representante, devidamente protocolada como comprovante do registro da inscrição;

§ 2º - As chapas inscritas sob pena de impugnação, deve conter a qualificação completa, número de identidade com o respectivo órgão emissor, número de inscrição no CPF e endereço completo de cada membro;

§ 3º - Menores de dezoito anos não poderão concorrer a nenhum cargo eletivo;

§ 4º - Os integrantes de uma chapa não poderão participar de outra chapa;

§ 5º - As chapas inscritas receberão um número, de acordo com a ordem de inscrição;

§ 6º - Serão indicados no dia da eleição (02) dois fiscais por chapas inscritas;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 JAI ME MARIAS VASCONCELOS

[Handwritten signature]

Art. 33º - Só participarão das eleições os membros devidamente associados que estejam em situação regular perante as suas obrigações para com a Associação Comunitária do Sapezal.

Art. 34º - A secretaria da Associação Comunitária do Sapezal colocará à disposição da Comissão Eleitoral e do Presidente de cada chapa inscrita, com antecedência de 05 (cinco) dias da data da realização do pleito, uma cópia da relação dos associados em condições de votar e serem votados.

Art. 35º - Havendo somente uma chapa concorrente, a Comissão Eleitoral, poderá propor à Assembleia Geral que a eleição seja por aclamação.

Art. 36º - Não será permitido o voto por procuração.

Seção II - Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 37º - Todo associado antes de depositar o seu voto na urna receptora, deverá assinar obrigatoriamente a lista de presença, que será encerrada com a assinatura do Presidente da Comissão Eleitoral, antes do início da apuração.

Art. 38º - As cédulas de votação identificarão as chapas concorrentes através de seu respectivo número e deverão ser carimbadas e rubricadas por um dos componentes da Comissão Eleitoral e após o voto depositado em urna lacrada e rubricada pelos fiscais das chapas e pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 39º - Será lavrada a ata de todo o processo de votação e apuração dos votos, devendo constar da mesma, obrigatoriamente, o total de votantes constante da relação de presença, o número de votos em branco, o número de votos nulos, o número de votos de cada chapa concorrente, a qualificação completa, endereço completo, e número do CPF dos membros da chapa eleita.

Art. 40º - Será proclamada vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos válidos.

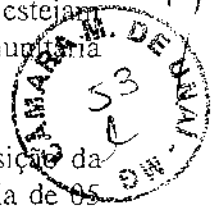
Parágrafo Único - Havendo empate, será declarada vencedora a chapa cujo candidato a Presidente for o mais idoso.

Art. 41º - Proclamados os eleitos que irão compor a nova Diretoria e Conselho Fiscal, os mesmos serão empossados no ato ou até 30 (trinta) dias após a eleição.

Art. 42º - A impugnação relativa ao processo de votação e apuração deverá ser apresentada ao Presidente da Comissão Eleitoral antes da posse dos eleitos.

§ 1º - A posse dos eleitos no caso de impugnação apresentada e não resolvida de plano, será suspensa até decisão da Comissão Apuradora.

§ 2º - A Comissão Eleitoral terá o prazo máximo de sete dias úteis para julgar as impugnações apresentadas.



[Handwritten signatures]
JAIME MARTINS VASCONCELOS

[Handwritten signature]

Capítulo V
Das Fontes de Recursos e do Patrimônio

Art. 43º - Constituem receitas da Associação:

- I. O patrimônio da Associação Comunitária do Sapezal será constituído de bens móveis e imóveis que vier a adquirir por doação, legados e aquisições;
- II. Valores obtidos na forma prevista como auxílios, contribuições, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, pessoa física ou jurídica;
- III. Contribuições dos associados nos termos em que forem estabelecidos pela Assembleia Geral;
- IV. Anuidades, mensalidades, contribuições e subvenções de entidades ou diretamente da União, Estado, Município ou autarquias, doações e legados;
- V. Produtos de operação de crédito, para financiamento de suas atividades;
- VI. Rendas em favor constituídas por terceiros;
- VII. Juros bancários e outras receitas financeiras;
- VIII. Rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- IX. Receita de produção;
- X. Convênios com setor público, privado e ou OSCs.
- XI. A contribuição do sócio será decidida pela assembleia geral ou pelo regimento interno;
- XII. Da celebração do termo de colaboração, cooperação técnica ou de fomento.

Art. 44º - Todos os recursos serão aplicados integralmente nos objetivos definidos no presente estatuto, bem como do regimento interno.

Art. 45º - Esta entidade não pode distribuir entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

Art. 46º - A fim de comprovar experiência prévia para participação em editais públicos, comprovar capacidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. Esta OSC poderá firmar parceria com instituições públicas, privadas e com outras OSC conforme Lei nº 13.019 de 2014 e complementada pela Lei nº 13.204, de 2015.

Capítulo VI
Da perda do mandato.

Art. 47º - Perderá o mandato o diretor ou membro do conselho fiscal que:

- I. Renunciar ao cargo
- II. Abandonar o cargo
- III. Deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativas aceita pela diretoria no período de 12 meses.
- IV. Transgredir o estatuto da Associação Comunitária do Sapezal e as resoluções das Assembleias Gerais para o regimento interno.
- V. Deixar de cumprir as obrigações para as quais tenha sido eleito.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

VI. Dilapidar os patrimônios da Associação Comunitária do Sapezal.

Parágrafo Primeiro – a exceção dos itens I, II, deste artigo todos demais assuntos será decidido pela Assembleia geral extraordinária em votação secreta;

Parágrafo segundo – os que se candidatarem a cargo eletivo deverão licenciar da diretoria ou conselho fiscal 180 dias antes das eleições, não podendo mais retornar ao cargo na mesma gestão.

Art. 48º - Se ocorre a renúncia da maioria dos membros da diretoria e conselho fiscal, a diretoria será considerada inexistente, deverá ser constituída uma comissão com três membros designados pela Assembleia geral extraordinária para no prazo de trinta dias conduzirem nova eleição de acordo com estatuto.

Capítulo VII Das substituições.

Art. 49º - A assembleia geral que detectar a perda de mandato de qualquer membro da diretoria poderá no mesmo ato efetuar o preenchimento da vaga em votação aberta quando haver consenso ou secreta.

Art. 50º - Os diretores e conselheiros fiscais que abandonarem o cargo ou tiverem seu mandato cassado pela Assembleia geral só poderão ser candidatos novamente com a aprovação da Assembleia geral extraordinária.

Das Disposições Gerais

Art. 51º - O presente Estatuto só poderá ser alterado com a aprovação de um terço dos presentes à Assembleia especificamente convocada para essa finalidade, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 52º - A extinção da Associação só poderá ocorrer por deliberação de no mínimo dois terços dos associados presentes em Assembleia Geral específica.

Art. 53º - No caso de dissolução da entidade, que o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, preferencialmente com os mesmos objetivos e fins, conforme art. 61º do Código Civil e atendendo aos requisitos da Lei nº 13.019/2015 alterada pela Lei nº 13.204/2015

Art. 54º - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais ou quaisquer outras obrigações contraídas em nome da Associação.

Art. 55º - Os diretores, conselheiros e membros de comissões, exercerão suas funções voluntariamente.

Art. 56º - Será permitida somente a remuneração de funcionários, prestadores de serviços e dirigentes da Associação Comunitária do Sapezal, que atuem diretamente na execução dos Planos de trabalhos decorrentes de parcerias firmadas nos termos da Lei nº 13.019/2015 alterada pela Lei nº 13.204/2015, compreendendo inclusive as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, fundo garantia por tempo de serviço-FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, respeitados os valores



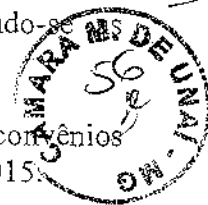
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature: JAIMÉ MARTINS VAZCONCELOS]

[Handwritten signature]

praticados na região onde forem exercidas as atividades, observando-se eventuais limitações legais aplicáveis.



Art. 57º - Para convênios e parcerias serão observados os termos dos editais e convênios conforme art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2015 alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Art. 58º - A Associação manterá os seguintes livros ou pastas:

- I. Livro de presença das Assembleias e reuniões;
- II. Livro de ata das Assembleias e reuniões;
- III. Livros fiscais e contábeis;
- IV. Demais livros exigidos pela legislação.

Parágrafo Único – Os livros ou pastas ficarão sob a guarda do Secretário, devendo ser vistados pelo Presidente.

Art. 59º - A Associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais.

Art. 60º - Dentro das atividades da Associação Comunitária do Sapezal, fica proibido qualquer tipo de discriminação, seja por: raça, idade, sexo, etnia ou religião.

Art. 61º - A Associação Comunitária do Sapezal, não participará de campanha de interesse político-partidária ou eleitoral, sob quaisquer meios, justificativas ou formas.



Art. 62º - O Exercício financeiro e fiscal da Associação coincidirá com o ano civil.

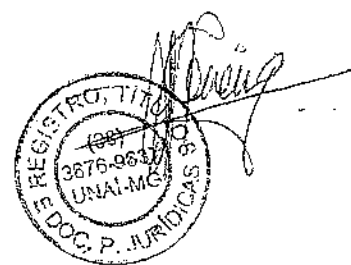
Art. 63º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos através de deliberação da Assembleia Geral, convocada especificamente.

Art. 64º - Este estatuto foi alterado e está de acordo com as normas do novo Código Civil vigente e a Lei nº 13.019/2015 alterada pela Lei nº 13.204/2015 sendo aprovado em Assembleia Geral extraordinária realizada em 31/03/2018 e sua aplicação terá efeitos imediatos após seu registro em cartório.

Art. 65º - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, conforme Lei vigente.

Unai/MG, 29 de março de 2018.


Presidente: Wagner Bento Martins
CPF: 034.231.106-94
RG: MG 11.321-054






Jaime Martins Vasconcelos

Vice Presidente: Jaime Martins Vasconcelos
CPF: 951.759.116-00
RG: MG 10.099.067

Marcelo Gonçalves Martins

Primeiro Tesoureiro: Marcelo Gonçalves Martins
CPF: 028.346.526-35
RG: MG 11570900

Saulo Bento Martins

Primeiro Secretário: Saulo Bento Martins
CPF: 037.310.716-14
RG: MG 12250634

Cláudia Aparecida Oliveira
OAB/MG 136569
Advogada



CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS					
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira -					
Rua Canabrava, 328 - Centro					
Fone: (38)3676-9637					
Código 6101-0 6601-9 8101-8 Total					
Qic. : 1 15 17					
PROTOCOLO Nº 39315 REG Nº 755 - LIV 47-A - PÁG 214 - AV Nº 8					
Ubatuba, MG, 10 de abril de 2018,					
Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira - Oficial					
Despesas	Emolumento	ISS	Recompe	TFJ	Total
	190,56	7,67	11,44	68,00	277,67
Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça					
1º Ofício CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS					
Selo Número: BXS49342					
Código: 8392.2758.5917.9971					
Total de atos: 17 / Emol. 202,00 TFJ: 68 Total: 270,00					
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br					

Contratado: (I) Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0508-8 - UNAI (MG), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0508-81, (II) Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada **Pouplex**, por intermédio do Banco do Brasil S.A..

Proponente/Contratante: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SAPEZAL, CNPJ n.º 07.352.729/0001-76, SERV COMUNITARIOS E SOCIAIS NAO ESPECIF OU NAO CLASS, constituída em 24/06/2004, por meio do documento de constituição 755 - ATA DE CONSTITUICAO, registrado no(a) CRC em 25/06/2004 e sediada à SITID COLORIDO COMUNIDADE SAPEZAL, S/N, ZONA RURAL, UNAI (MG), CEP 38.610-000, telefone(s) (38) 99969-7171.

Dirigente(s)

Nome	CPF
WAGNER BENTO MARTINS	034.231.106-94
MARCELO GONCALVES MARTINS	028.346.526-35

Dados da conta

Agência 0508-8, Conta-Corrente n.º 52.167-1, Poupança Ouro n.º 510.052.167-4 e Poupança Pouplex n.º 960.052.167-6, aberta em 07/02/2018.

Fornecimento de dados cadastrais às empresas do conglomerado Banco do Brasil e Empresas parceiras: Não autorizado.

Declarações e autorizações

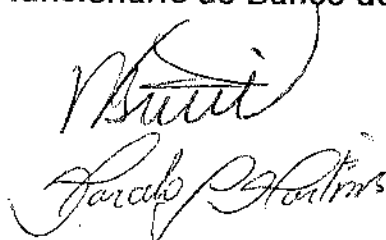
O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado** aceita a abertura de conta-corrente e/ou conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex.

O **Proponente/Contratante** declara-se ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 882.618, em 15/08/2014, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

O **Proponente/Contratante** declara-se ciente de que os saldos devedores na conta-corrente ora aberta e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante** declara-se ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na conta-corrente e/ou na conta de Poupança Ouro e/ou Pouplex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.





CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

O **MUNICÍPIO DE UNAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça JK, s/n, Centro, CNPJ nº 18.125.161/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **DELVITO ALVES DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o Nº 149.746.061-15, doravante denominado simplesmente de **CEDENTE**, e

A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL**, CNPJ nº 07.352.729/0001-76, neste ato representada por sua Presidente, senhora **ELISA DE FÁTIMA EPIFÂNIO NASCIMENTO**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 687.903.096-34, doravante denominado simplesmente de **CESSIONÁRIA**, resolvem firmar o presente **CONTRATO DE CESSÃO GRATUITA DE USO** de maquinário agrícola, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a cessão gratuita de uso de 1 (um) Trator Agrícola, abaixo identificado, para fins de preparo do solo e outras atividades agrícolas visando propiciar o aumento da renda dos produtores rurais, incentivando a sua permanência no campo, sendo expressamente vedada a sua utilização para outros fins.

IDENTIFICAÇÃO

- 1) 01 (um) Trator Agrícola marca LS PLUS 100, 105 cv ano 2014 cor azul nº série: 1000000659, chassis 9BLP10001EG000157, nº patrimônio 48.208.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

A **CESSIONÁRIA** deverá apresentar à **CEDENTE**, como condição indispensável à assinatura deste contrato, os seguintes documentos:

- I- Cópia autenticada do Estatuto da Entidade e suas alterações;
- II- Cópia autenticada da ata de posse da atual Diretoria;
- III- Cópia do registro da entidade no CNPJ (Atualizado);



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS



- IV- Cópia autenticada do atestado de funcionamento;
- V- Cópia autenticada da Lei que declarou como sendo de utilidade pública;
- VI- Cópia autenticada do CPF e da CI do Presidente da entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES

Constitui obrigações da CESSIONÁRIA:

- I- Zelar pela preservação e guarda do bem discriminado na CLÁUSULA PRIMEIRA e arcar com todas as despesas de sua manutenção;
- II- Utilizar o equipamento supracitado somente entre os associados;
- III- Arcar com as despesas oriundas de impostos, taxas, seguros e multas inerentes ao equipamento cedido;
- IV- Responsabilizar-se por eventuais danos, inclusive os porventura causados a terceiros, ocorrências policiais, perícias e tudo mais, na forma do previsto no Código de Trânsito Brasileiro e legislação vigente;
- V- Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de acidentes ocorridos na utilização dos equipamentos sujeitando-se às sanções administrativas, civis e criminais previstas na lei;
- VI- Não permitir que conste nos equipamentos nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, bem como a veiculação de propaganda, cumprindo, assim o que determina o art. 37, § 1º, da Constituição Federal e o art. 37 da Lei Federal nº 9504 de 30/09/97 (lei eleitoral);
- VII- Não permitir o uso do equipamento em atividades promocionais em favor de quem quer que seja especialmente candidato a cargo eletivo ou partido político;
- VIII- Contratar seguro para cobrir os eventuais danos ao bem e a terceiros;
- IX- Restituir os bens quando da rescisão ou expiração do prazo descrito na cláusula quarta deste contrato.
- X- Não permitir que os equipamentos sejam manuseados por pessoal sem capacitação.



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARÁGRAFO PRIMEIRO- À CESSIONÁRIA é vedado, sob qualquer hipótese, alienar o bem objeto deste contrato, locá- lo ou emprestá- lo a terceiros. **PARÁGRAFO SEGUNDO-** À CEDENTE poderá, a qualquer tempo, por si ou órgão credenciado, inspecionar o equipamento cedido, bem como verificar o cumprimento das obrigações ajustadas neste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ocorrendo sob qualquer forma, a depreciação ou imprestabilidade para uso do equipamento e, sendo uma ou outra devidamente comprovada, mediante laudo a ser expedida pela CESSIONÁRIA e aprovado pela CEDENTE esta fará recolher o bem nos prazos legais e condições pré- determinadas;

PARÁGRAFO QUARTO – Todo e qualquer equipamento ou melhora que for efetuada no equipamento objeto deste contrato, seja a que título for, será a ele incorporado, não podendo a CESSIONÁRIA exigir da CEDENTE qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO

O Prazo de vigência do presente contrato finda em 10 de setembro de 2016, sendo prorrogado somente por novo instrumento.

CLÁUSULA QUINTA- DA RESCISÃO

O presente contrato será considerado rescindido de pleno direito no caso da inobservância de qualquer de suas cláusulas e condições por parte da CESSIONÁRIA ou na hipótese de a CEDENTE necessitar do equipamento quando então faz- se a entrega do mesmo em local a ser indicado pela CEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que lhe for feita a respectiva solicitação.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Para eficácia deste contrato, a CEDENTE providenciará a publicação de seu extrato no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Unaí- Minas Gerais para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas deste contrato.



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim justos e acordados, os contratantes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos- legais.

Unaí-MG, 3 de março de 2015.

Município de Unaí
Prefeitura Municipal de Unaí

CEDENTE


Delvito Alves da Silva Filho
PREFEITO

CESSIONÁRIA


Elisa de Fátima Epifânio Nascimento
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

59
Prefeitura Municipal de Unai - MG.
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria
Comércio e da Micro e Pequena Empresa.
Rua Rio Preto nº 57 - Centro Unai- Mg
Fone: (38) 3677-5085



Unai-(MG), 02 de março de 2015.

Ofício: SN/2015


Ao Sr. Presidente

NORMAS BÁSICAS PARA GESTÃO DE TRATOR E IMPLEMENTOS EM TERMO DE SESSÃO DE
USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI COM A ASSOCIAÇÃO

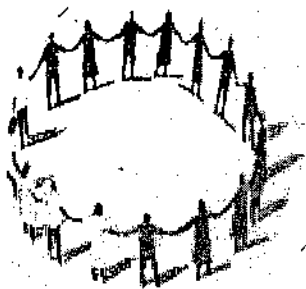
1. O trator poderá trabalhar exclusivamente para a associação que tenha a posse ou comodato do mesmo, exceto para outra associação mediante autorização por escrito da Secretaria Municipal de Agricultura.
2. A associação deverá nomear uma comissão para gerir o trator, sendo que a comissão deverá ser composta de no mínimo cinco pessoas, sendo presidente, tesoureiro e três fiscais.
3. A comissão será subordinada a diretoria da associação, devendo prestar contas mensalmente da quantidade de horas e associados atendidos.
4. A associação deverá encaminhar mensalmente a Secretaria Municipal de Agricultura a prestação de contas, também contendo quantidade de horas e associados atendidos.
5. As revisões e manutenções do trator serão de responsabilidade das associações beneficiadas, ficando então as despesas por conta das mesmas, sendo que as manutenções e revisões deverão seguir as normas do manual do fabricante.
6. A Prefeitura Municipal de Unai, através da Secretaria Municipal de Agricultura, irá acompanhar e fiscalizar os trabalhos efetuados com o trator, sem aviso prévio.
7. Enviar as prestações de conta dos trabalhos realizados com o trator constando tipo de serviços, horas trabalhadas e produtor atendidos.
8. Cópia da nota fiscal das revisões do tratores.

Associação Comunitária do Sapezal
Presidente: Elisa de Fátima Epifânio Nascimento

Atenciosamente


Adriano Cecílio Dib
Secretário Municipal de Agricultura,
Indústria e Comércio

DATA:	RECEPTOR:
-------	-----------



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE UNAÍ MG CMDRS



DECLARAÇÃO

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE UNAÍ – MG – CMDRS, declara para os devidos fins que a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SAPEZAL, CNPJ:07.352.729/0001-76, está em pleno funcionamento e é inscrita no CMDRS, sendo participante assídua das reuniões ordinárias mensais do Conselho.

Por ser verdade assino a presente declaração,

Unaí, 28 DE MARÇO DE 2018.


MANOEL JOSÉ DE FARIA
PRESIDENTE DO CMDRS



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

PODER EXECUTIVO



Processo nº 01390/2018

Solicitante: Associação Comunitária do Sapezal

AO SENHOR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Trata-se de proposta da Associação Comunitária do Sapezal para parceria envolvendo recursos decorrentes de **emenda parlamentar nº 02** à lei orçamentária anual, a fim de que esta entidade possa reformar e ampliar sua sede.

A existência do crédito orçamentário específico foi confirmada pela Controladoria Interna e de Transparência Pública do Município (f.30) que, na ocasião, atestou a regularidade da proponente na prestação de contas da parceria anteriormente celebrada com a Administração Pública.

A Comissão de Seleção, no exercício de suas atribuições, constatou o não preenchimento de requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Regularmente notificada, a proponente sanou os vícios apontados.

Não obstante o parecer técnico favorável, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais, entendemos haver óbice à celebração da parceria, por **não estar comprovada a propriedade do bem imóvel** sobre o qual os recursos públicos serão aplicados, de modo a se verificar o beneficiário definitivo da emenda parlamentar. Nesse sentido:

O concedente, **em observância ao interesse público**, deve exigir do conveniente a comprovação de propriedade do imóvel onde será edificado o objeto do convênio antes da celebração do ajuste. (TCU, Segunda Câmara, Acórdão 3484/2012, Rel. Marcos Bemquerer, data da sessão 15/05/2012)

A propósito, respeitosamente pedimos vênias para transcrever trecho de voto proferido recentemente no TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, em sede de Tomada de Contas Especial à luz da Lei Federal nº 11.178, que dispôs sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e que suscita reflexão sobre a destinação de recursos públicos para edificação de obra em propriedade privada:



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

PODER EXECUTIVO

“Independentemente de a reforma do parque de exposição ter beneficiado a comunidade, a lei *proibia* a edificação, a partir de recursos públicos, em propriedades privadas. Considerando que a obra se incorporou ao patrimônio do sindicato, conclui-se que a entidade se beneficiou da obra;

(...) não se questionou a pertinência do repasse a entidades privadas sem fins lucrativos, para a execução e/ou realização de serviço de interesse recíproco via convênio, em regime de mútua cooperação. O que a lei veda é a edificação de obra custeada por recursos públicos em terreno privado, pois a incorporação da obra ao patrimônio do Sindicato caracteriza apropriação de recurso público em benefício de ente privado” (grifo nosso)

(TCU, Segunda Câmara, Acórdão 8298/2017, Relatora ANA ARRAES, data da sessão 05/09/2017)

Como é sabido, a associação é pessoa jurídica de direito privado, criada livremente pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, consoante art. 53 do Código Civil. O art. 54, por sua vez, determina que o estatuto contenha, sob pena de nulidade, as fontes de recursos para sua manutenção. Já a Constituição Federal, em seu art. 5º, estatui que:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a **interferência estatal** em seu funcionamento;

XX - **ninguém** poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Embora seja indiscutível sua importância na efetivação de direitos, nos parece irrazoável, à inteligência das normas *retro*, compelir a Administração a incrementar o patrimônio da associação, cuja criação foi livremente deliberada por seus fundadores.

A reflexão é oportuna, haja vista ser crescente a demanda pela prestação de serviços públicos essenciais (saúde, educação, infraestrutura etc), inversamente proporcional ao incremento das receitas públicas, não nos parecendo razoável o investimento público em patrimônio de pessoa jurídica de direito privado.

A limitação de recursos, aliás, constantemente conduz o administrador às chamadas “*escolhas trágicas*” (GUIDO CALABRESI e PHILIP BOBBITT, “Tragic Choices”, 1978, W. W. Norton & Company): o gestor público deve sopesar, em um processo de **priorização de valores maiores**, o direcionamento dos recursos públicos, sabendo que não serão suficientes para todas as demandas inadiáveis e que algumas destas ficarão descobertas.

À luz da reflexão proposta, é oportuno considerar que, segundo o art. 162, III, alínea a, da Lei Orgânica, as emendas ao projeto da lei de orçamento anual somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o **plano plurianual**.

Logo, entendemos que far-se-ia necessária, *data venia*, a demonstração da **compatibilidade** da proposta com a política pública constante do plano plurianual.



MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

PODER EXECUTIVO



Por fim, em homenagem ao princípio da eficiência e economicidade (art. 70 da CR/88), entendemos ser necessário parecer do órgão técnico responsável por obras e reformas, salvo melhor juízo, a fim de se verificar a exequibilidade da proposta, para uma boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Com efeito, à falta de regulamentação local, é imperioso alertar para a Portaria Interministerial nº 16/2018, dos Ministros de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Secretaria de Governo da Presidência da República, que dispõe sobre a execução das programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de execução obrigatória, segundo a qual:

Art. 2º São considerados impedimentos de ordem técnica para o empenho da despesa relativa às emendas de que trata esta Portaria:

I - ausência de projeto de engenharia **aprovado** pelo órgão setorial responsável pela programação; (...)

IV - não comprovação de que os recursos alocados são suficientes para conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

Por todo o exposto, entendemos haver impedimento de ordem técnica à celebração da parceria e consequente transferência de recurso público à proponente, na forma do art. 162, § 6º, da Lei Orgânica do Município de Unaí.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Unaí-MG, 16 de abril de 2018.

Joyce A. Meira Bazzarella
Joyce A. Meira Bazzarella
Procuradora Jurídica



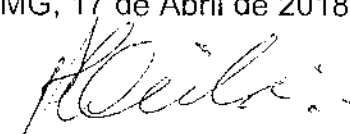
PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS



Processo número 01390/2018.

Acolhemos o parecer da lavra da Procuradora Jurídica, Dra. Joyce Bazzarella, pelos seus próprios fundamentos.

Unaí-MG, 17 de Abril de 2018.

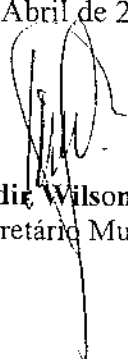

Antônio Lucas da Silva
Procurador Geral do Município

Antônio Lucas da Silva
Procurador Geral

Acolho o parecer.

À Amalegis, para que dê ciência à Câmara.

Unaí-MG, 17 de Abril de 2018.


Waldir Wilson Novais Pinto Filho
Secretário Municipal de Governo